



INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR
COMUNITÁRIAS
CATARINENSES:
FUNDAMENTOS, REALIZAÇÕES
E PERSPECTIVAS





INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS CATARINENSES: FUNDAMENTOS, REALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) apresenta neste descritivo um conjunto de informações estruturais que indicam o ensino comunitário como uma opção estratégica e eficaz para o fortalecimento da identidade, a preservação dos valores sociais e o desenvolvimento político-econômico regional e nacional.





Presidente:

Reitor Aristides Cimadon
(Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc)

Vice Presidente:

Reitora Luciane Bisognin Ceretta
(Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc)

Proponente:

Reitor Claudio Alcides Jacoski
(Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó)

Pesquisadores:

Adriano Rodrigues (Acafe)
Adilson Oliveira (Unesc)
Márcio Antônio Fiori (Unochapecó)

Revisão:

Bianca Regina Paganini

Arte e Diagramação:

Saimon Guedes





SUMÁRIO

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS CATARINENSES: FUNDAMENTOS, REALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS	3
PREFÁCIO.	9
AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS	11
OS FUNDAMENTOS SOCIAIS COMUNITÁRIOS.	13
IDENTIDADE, ECONOMIA E CONHECIMENTO	14
FAMÍLIA, ENSINO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	15
A ORIGEM DOS SISTEMAS COMUNITÁRIOS DE ENSINO.	18
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO COMUNITÁRIO PARA OS GOVERNOS	20
CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS NO BRASIL.	24
MISSÃO E VISÃO DAS IES COMUNITÁRIAS	24
MECANISMOS JURÍDICOS DAS IES COMUNITÁRIAS	25
MECANISMOS DE GESTÃO DAS IES COMUNITÁRIAS.	26
COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS IES COMUNITÁRIAS.	27
INFRAESTRUTURA.	29
ENSINO DE GRADUAÇÃO	30
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	30
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO.	31
POTENCIALIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS	33
ATENDIMENTO A TODAS AS REGIÕES DO BRASIL COM ENSINO SUPERIOR.	33





DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM PROJETOS VOCACIONADOS35
EDUCAÇÃO SUPERIOR COMUNITÁRIA VOCACIONADA INTEGRADA.38
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS ÁGEIS E EFICIENTES40
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS VIÁVEIS FINANCEIRAMENTE.41
AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA.42
OS IMPACTOS DAS IES COMUNITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA49
AS IES COMUNITÁRIAS SOB OS ASPECTOS DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS50
PERSPECTIVAS PARA AS IES COMUNITÁRIAS CATARINENSES NO SÉCULO XXI.53
EPÍLOGO55
REFERÊNCIAS56





PREFÁCIO



Aristides Cimadon – Reitor Unoesc
Luciane Bisognin Ceretta – Reitora Unesc

A Associação Catarinense de Fundações Educacionais (Acafe), constituída em 1974 com a finalidade de congregar as Fundações Educacionais instituídas pelo poder público Estadual e Municipal para oferta da Educação Superior em todo o território catarinense, fez, ao longo desses últimos 47 anos de atividades, uma história de excepcional participação no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e dos municípios onde atuam essas instituições. Tive o privilégio de conviver com a maioria dos seus fundadores e, com eles, fazer parte de momentos importantes na construção do Sistema Catarinense de Educação Superior. Destaco, dentre tantos momentos de conquistas pelo trabalho coletivo: a busca pela participação do Estado na construção dos primeiros prédios próprios na década de 1970; a busca pela expansão inicial e o reconhecimento dessas instituições como filantrópicas; a participação da União com recursos financeiros; a inclusão do artigo 242 na Constituição Federal de 1988; a Criação dos artigos 170 e 171 na Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989; o reconhecimento de universidades e a expansão das instituições na década de 1990; e, neste século, as tratativas da promulgação da Lei das comunitárias e a solução das pendências relativas a dívidas frutos de equívocos da

interpretação legal. Olhando para trás, percebe-se e confirma-se que o trabalho coletivo e solidário traz resultados muito mais expressivos do que o agir solitário.

O tempo presente, com aceleradas mudanças forçadas pela pandemia da Covid-19, obriga o Sistema Acafe a olhar para um horizonte de educação híbrida e mediação tecnológica. O momento de relativo desconforto permite vislumbrar oportunidades em busca da melhoria da qualidade da oferta dos serviços por meio da inovação, da tecnologia, da ressignificação da gestão, dos serviços compartilhados, do planejamento participativo, da integração e interação política e, quem sabe, de um novo modelo jurídico institucional.


Os cenários que hoje causam certa aflição devem ser motivos de análise e servir de indicadores para redesenhar novos tempos, rever estratégias, mobilizar as instituições associadas, construir processos unificados e juntar esforços e recursos. O exemplo dos abnegados fundadores da Acafe permite, hoje, perceber que existe, no sistema, um espírito solidário e participativo. A alma que permeia as instituições do sistema é o seu vínculo com as comunidades regionais e com o Estado de Santa Catarina. Com certeza, o Estado catarinense não seria o que é não fossem as



instituições que compõem a Acafe. Não há como medir, mas essas instituições têm devolvido em triplo os recursos públicos recebidos – em serviço, formação de pessoas, conhecimento e desenvolvimento.

Este, portanto, é um novo momento, e quero deixar essa mensagem provocadora de uma visão de mudança: que deixemos de ser uma Acafe que faz adaptações e atuemos de modo proativo, para que sejamos protagonistas da criação de um novo jeito de fazer a educação

superior catarinense e avançar em qualidade e pertinência; e que busquemos nas raízes das razões da nossa criação o reconhecimento do poder público e da sociedade, renovando nossas forças para fazer, com projetos integrados e transversais, uma educação ainda melhor e responder, auxiliando a solucionar os grandes problemas do Estado e da região, de modo integrado ao setor produtivo, às instituições sociais e ao poder público.





AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS

Claudio Alcides Jacoski – Reitor Unochapecó

Presidente da Acafe - Gestão (2019-2020)

As Universidades Comunitárias surgiram nas décadas de 1960 e 1970 como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina. O resultado foi muito eficaz, pois todos nós temos condição de usufruir de regiões desenvolvidas e diferenciadas em nosso Estado, pela presença da educação superior. Mostrou-se, com isso, a possibilidade de atuar com uma política pública educacional e o planejamento do Estado por regiões e, assim, beneficiar as cidades com infraestrutura essencial para o seu crescimento sustentável e descentralizado. Assim, foram criadas as 14 Fundações Educacionais em diversos municípios catarinenses, para que os jovens pudessem ter acesso ao ensino superior de qualidade em sua região de origem, sem a necessidade de se deslocar aos grandes centros. O sistema evoluiu, e hoje a Associação Catarinense de Fundações Educacionais (Acafe) configura um conjunto de 15 IES, sendo 10 Universidades e cinco Centros Universitários, que trabalham na promoção do intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as instituições.

O crescimento diferenciado de nosso Estado e a pujança regional demonstra o quanto as Instituições Comunitárias ajudaram a estruturar um modelo de sucesso para o desenvolvimento social e econômico

que assegura ao Estado, até os dias atuais, o privilégio de concentrar os melhores Índices de Desenvolvimento Humano e ser uma referência em Educação Superior no Brasil.

Diante deste cenário, compreendemos que é necessário adequarmos as condições para que nossas Instituições Comunitárias possam continuar na sua trajetória de oferta de um ensino superior de qualidade, mantendo o compromisso de contribuir com o nosso Estado, no sentido de fortalecer ideias, pesquisas e uma produção científica que retrata a solução dos problemas atuais da nossa população. Eis que temos neste momento a grande oportunidade de estabelecer um novo momento para o desenvolvimento de Santa Catarina, baseado na intensificação de uma estratégia de inovação, seja da educação superior, seja de todo o conjunto produtivo de nossas regiões, que pode ser impulsionado com a presença do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e, principalmente, da inovação. Uma nova era está em constituição, focada na Indústria 4.0, na automação e na utilização de tecnologias para o bem-estar dos seres humanos, e as Instituições da Acafe se apresentam como o apoio e uma das bases dessa nova estratégia, sempre seguindo junto com a sociedade e focadas na amplitude da melhoria da qualidade de vida dos catarinenses.



OS FUNDAMENTOS SOCIAIS COMUNITÁRIOS

O *homo sapiens* (Figura 1) evoluiu e alcançou o status de espécie hegemônica com base em três fundamentos sociais, válidos até hoje: lealdade de grupo, divisão de tarefas e transferência de conhecimentos. O primeiro, lealdade, está baseado na necessidade de “pertencimento” e é facilmente percebido, individualmente, por meio do compartilhamento de manifestações comuns entre todos os membros de um grupo social, como, por exemplo, o idioma e as expressões culturais. O segundo fundamento, a divisão de tarefas, é muito importante para o convívio cotidiano, pois torna a realização das atividades de rotina mais eficientes, ao mesmo tempo em que, quando bem gerenciado, potencializa as habilidades individuais natas de cada membro e otimiza os recursos disponíveis.

Quanto à transferência de conhecimento, talvez seja o ponto mais complexo de se analisar e o mais crítico para a preservação da unidade social de qualquer grupo. Nesse fundamento é necessário considerar que cada indivíduo, por si mesmo, é um ser único e percebe a sua própria realidade, mas, simultaneamente, compartilha com os demais todos os processos vitais de uma percepção coletiva. Sendo assim, é essencial que exista uma troca de conhecimentos ancestrais e novos, pois é através disso que cada membro constrói a sua participação na sociedade na

qual está inserido e, dessa forma, passa a assumir alguma parcela de responsabilidade por isso. Assim, é possível afirmar que o fluxo de conhecimento de uma sociedade se mostra como o único mecanismo de interação social capaz de promover o aperfeiçoamento individual, construir uma consciência coletiva e assegurar a busca por um propósito comum entre os membros de uma comunidade.

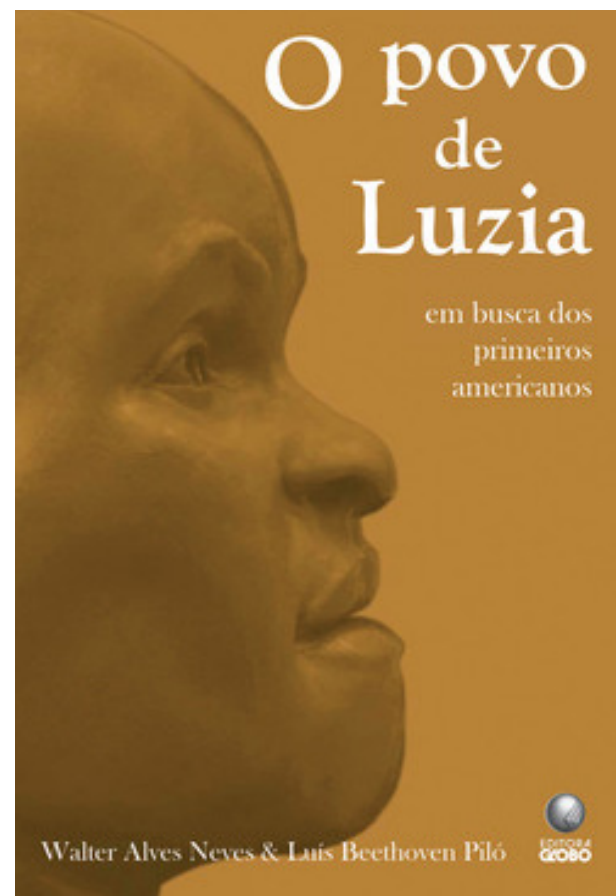


Figura 1: Livro dos pesquisadores Walter A. Neves e Luis B. Piló indicando a presença do *homo sapiens* em território brasileiro antes da primeira onda migratória há 14 mil anos



IDENTIDADE, ECONOMIA E CONHECIMENTO

A necessidade espontânea do pertencimento dos seres humanos e a união de diferentes grupos em torno de um propósito comum proporcionaram o surgimento natural de várias sociedades e culturas distintas. A expansão desses grupos, por sua vez, moldou a ideia de nação que se conhece hoje e, por consequência, determinou os diferentes interesses geopolíticos existentes. Por outro lado, a delimitação territorial trouxe a escassez de recursos regionais e obrigou os diferentes povos a estabelecer mecanismos de trocas comerciais. Dessa necessidade comum nasceu uma construção coletiva para a criação de um sistema econômico padronizado. Assim, após a criação dos primeiros protocolos, acordos e padronizações, cada nação, endogenamente, identificou a importância de investir e potencializar seus próprios ativos culturais, tecnológicos e recursos naturais como forma de agregar valores aos seus produtos e serviços no mercado, garantindo maior geração de riqueza.

Com o avançar do conceito de mercado, de forma mimética ou não, a maioria dos líderes das nações percebeu que seria necessário aprimorar a sua força de trabalho e ao mesmo tempo preservar a identidade das suas comunidades. Para isso, as primeiras sociedades civilizadas

desenvolveram sistemas estruturados para difusão de conhecimentos. As escolas de escribas egípcias, as academias gregas e a escolástica europeia foram exemplos eficazes de aperfeiçoamento dos recursos humanos e, ao mesmo tempo, da manutenção das identidades das mais importantes nações do mundo.

Modernamente também não faltaram iniciativas nesse sentido. A criação e a expansão dos *community colleges* norte-americanos é um dos exemplos mais representativos e emblemáticos dos últimos 150 anos. O modelo contribuiu para evidenciar que a maneira mais eficaz de consolidar uma nação é por meio da estruturação de sistemas de formação educacional universal e de ensino vocacionado regionalmente. Dessa forma, a educação deve visar à preservação e ao compartilhamento dos valores morais da sociedade, e o ensino deve prover uma atividade econômica para cada indivíduo.

Contemporaneamente, já se reconhece que, apesar dos aspectos hereditários e antropológicos, o grande sucesso da experiência humana no planeta é o resultado de uma construção social que envolve acordos de convivências e divisão de tarefas (Figura 2). Nesse contexto, a manutenção de uma cultura, o bem-estar social e a sustentação econômica de um grupo podem

ser atribuídos ao sucesso de um sistema de educação (valores) e de ensino (mão de obra) muito eficaz.

Sob essa perspectiva, é importante considerar que os sistemas de formação dos indivíduos devem ser tratados como estratégias de estado, ou seja, como um bem maior. Para exemplificar melhor essa proposição, pode-se observar que as maiores potências econômicas e tecnológicas da atualidade, como Japão, Coreia do Sul, Alemanha, Reino Unido e EUA, possuem estruturas de educação e ensinos muito bem organizadas, com as quais essas nações conseguem defender os interesses econômicos, preservar a identidade do povo e tornar os seus cidadãos mais solidários entre si.

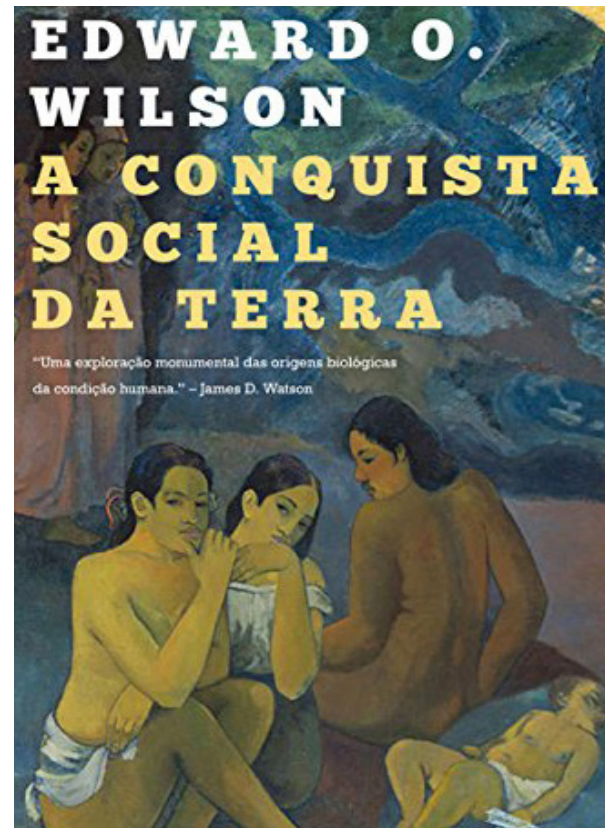


Figura 2: Livro do entomologista Edward O. Wilson que propõem que o sucesso da raça humana se deve à construção de uma organização social eficaz.

FAMÍLIA, ENSINO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Antes de se avaliar a importância dos grupos sociais familiares, é necessário entender as definições e a diferenciação entre a educação e o ensino no papel social. A educação tem como base a preservação dos valores sociais e o desenvolvimento das relações humanas, enquanto o ensino vislumbra as perspectivas do desenvolvimento econômico. Ambas as iniciativas são essenciais para a manutenção de uma nação e, não coincidentemente, têm como unidade principal a menor célula social: a família.

Sob o aspecto econômico, a família é considerada um dos principais agentes (Figura 3), pois são as pessoas que atuam efetivamente na economia. A principal função desse grupo é satisfazer suas necessidades, promover a demanda e, ao mesmo tempo, fomentar a força de trabalho nas empresas. Além de serem o agente econômico de maior tamanho, os grupos familiares formam comunidades descentralizadas, com necessidades distintas e com grande diversidade cultural.

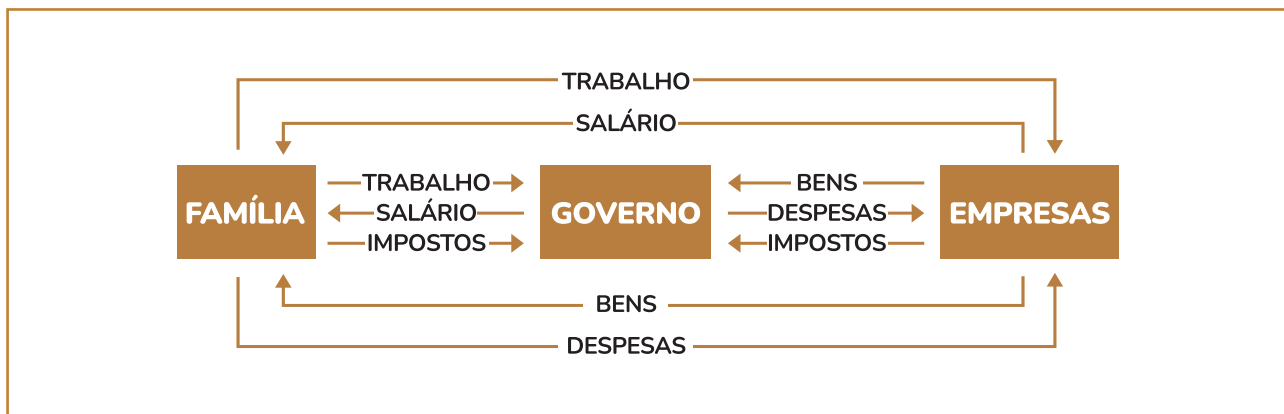


Figura 3: Diagrama de blocos indicando os agentes econômicos e suas relações, como estudados pela macroeconomia

As empresas e os governos são os outros dois importantes agentes econômicos e, juntos com as famílias, constroem as bases dos sistemas econômicos locais e global. Cada um desses agentes tem suas funções específicas, porém nenhum se desenvolve sozinho, ao mesmo tempo em que, em razão de suas idiossincrasias, cada um busca no mercado a sua maximização e otimização. De uma forma objetiva, é possível considerar que os agentes econômicos família-empresa-governo se comportam de forma autônoma, mas possuem relações de total interdependência.

As relações entre os agentes econômicos é um dos assuntos muito debatidos na macroeconomia economia moderna. Independentemente disso, família-empresa-governo são os pilares fundamentais de qualquer estrutura social humana. Porém, a família, com as suas peculiaridades, merece um grande destaque, pois são os indivíduos, com suas

percepções individuais e os propósitos coletivos, que criamos ambientes de convívio e de trocas. Fundamentalmente, são as pessoas que desenvolvem seus desejos e buscam formas diferentes para atender às suas necessidades, gerando as demandas. Portanto, ao se avaliar essa perspectiva, a melhor maneira de se aperfeiçoar um sistema econômico é atuar junto às famílias de forma a desenvolver uma interação de sinergia em vez de dependência entre elas e os demais agentes econômicos.

Nesse contexto, a educação e o ensino são os principais mecanismos de ação sobre a família como um agente econômico e também como um grupo social. No imaginário popular, todos defendem e percebem intuitivamente que é por meio dos “estudos” que se atinge o desenvolvimento social e econômico, porém isso não é tão linear e simples como parece. Sociologicamente, a difusão de conhecimento coletivo é essencial para a sustentação de um grupo ou nação, porém o



tipo de conhecimento, a forma de sua difusão e o propósito de cada grupo são aspectos decisivos em um contexto econômico. Além disso, uma grande parcela dos sistemas educacionais e de ensino se estruturou apenas no aspecto de padronização dos conteúdos e perdeu a sua aderência com as comunidades nas quais os seus indivíduos (alunos) estão inseridos.

A intuição de que se alcança o desenvolvimento por meio da simples oferta de uma educação e de um ensino padronizado às famílias é, de alguma forma, verdadeira, porém o desenvolvimento econômico se faz a partir da capacidade de gerar riqueza ou “lucros excedentes” através do capital humano e do acumulado de conhecimento de uma sociedade. Portanto, as estruturas de difusão e compartilhamento de conhecimento, educação e ensino devem promover a interação entre os agentes econômicos, mas, primordialmente, motivar o desenvolvimento de novos negócios, pois é a partir das empresas que as famílias conseguem converter suas vocações em produtos e serviços e, conseqüentemente, em benefícios sociais.

Sob a perspectiva econômica, a educação e o ensino devem permitir também um aprendizado social, pois as pessoas, instintivamente, aprendem umas com outras sobre o que e como fazer as coisas em geral – *know-how*. Essa troca de conhecimentos tácitos está contida, principalmente, nas redes produtivas locais. Assim, se não há um

parque produtivo regional, onde as pessoas possam aprimorar suas habilidades, surge o que se denomina “falha de mercado”. É nesse cenário que entra o papel fundamental dos governos como o terceiro agente econômico. A partir de articulações estratégicas, o governo deve ajudar a iniciativa privada, empresas, a corrigir falhas mercadológicas. Como agente econômico regulador, o governo é um estrategista e identificador de oportunidades, responsável pela diversificação produtiva, pela coordenação das iniciativas privadas e, principalmente, pela organização estratégica de um sistema de educação e ensino eficaz.

Está evidente e validado, sob as perspectivas antropológicas, sociais e econômicas, que a supremacia do *homo sapiens* está diretamente sustentada pelo compartilhamento e difusão do conhecimento entre os membros de um grupo. A sobrevivência das inúmeras etnias, isoladas ou não, demonstrou que a existência de trabalho em equipe e os propósitos coletivos foram decisivos para a preservação de suas culturas. No entanto, os agrupamentos que aumentaram as suas atividades de trocas comerciais e culturais evoluíram para as grandes nações que conhecemos hoje (Figura 4). Dessa forma, fica demonstrado que o fundamento mais relevante para o sucesso expressivo de algumas nações, em detrimento de outras, está no estabelecimento de atividades econômicas estruturadas na troca de produtos e serviços de valores agregados, gerados a partir da boa gestão do conhecimento humano.



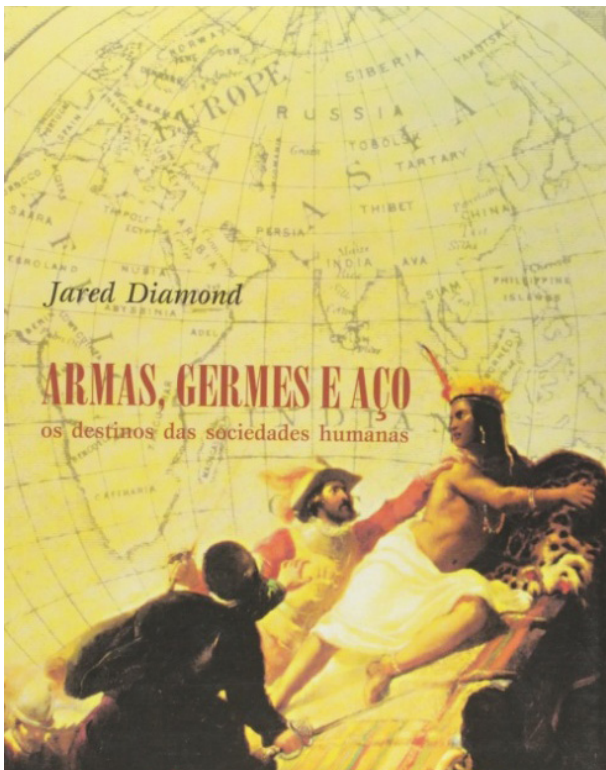


Figura 4: Em sua obra *Armas, Gêrmes e Aço*, o biólogo Jared Diamond propõe que os grupos e as sociedades que se mantiveram isolados foram ultrapassados, tecnologicamente e economicamente, por aqueles que interagiram e realizaram mais trocas.

Atualmente, apesar de existir um grande e único sistema econômico global, os fundamentos do sistema econômico ainda estão no indivíduo, principalmente na família. Por outro lado, esse importante agente econômico, apesar de muito volumoso, possui um raio de ação pequeno e está muito ligado à sua comunidade e aos arranjos produtivos locais. Portanto, de uma forma bem pragmática, para se potencializar e capacitar esse agente econômico, os governos devem avaliar e construir sistemas de educação e ensino mais próximos e aderentes às culturas e às vocações locais. Dessa forma, as comunidades, como pequenas nações, promoverão, naturalmente, a difusão do seu conhecimento e desenvolverão novos e importantes ativos de troca.

A ORIGEM DOS SISTEMAS COMUNITÁRIOS DE ENSINO

Como bem relatado pela Etnografia, os grupos humanos se mantiveram e alcançaram o seu sucesso, como espécie, com base nos vínculos de confiança, trabalho em equipe e, principalmente, na difusão e compartilhamento dos conhecimentos. O crescimento dos diversos agrupamentos humanos, até se tornarem as distintas nações de hoje, criou os diferentes interesses geopolíticos, porém a base econômica de toda a civilização ainda está estruturada em seu principal agente atávico, a família. Nesse contexto, é evidente que aproximar os sistemas de educação e ensino do indivíduo,

em sua comunidade, é a melhor estratégia para um governo formar capital social e produzir impactos socioeconômicos expressivos.

Como apresentado anteriormente, desde as escolas de escribas egípcias até as escolas monásticas europeias, os líderes de nações sempre buscaram construir algum sistema ou arranjo para potencializar o ser humano e ampliar a produção de riquezas para as suas nações. Entretanto, para manter a estabilidade social, as nações perceberam que a estratégia de difusão do conhecimento deveria deixar de ser



direcionada para grupos específicos, ou castas, e passar a ser pensada sob um aspecto mais universal na sociedade. Essa abordagem veio ao encontro da questão fisiológica da necessidade de identidade, a qual, por consequência, promove o pertencimento individual e preserva a soberania de cada nação.

Com a consolidação dos preceitos sociais como decisivos para a preservação de uma sociedade, os sistemas de educação foram amplamente reconhecidos e universalizados. Entretanto, os sistemas de ensino, focados na formação econômica do cidadão, ainda apresentam muitas incoerências entre seus modelos, em diferentes países do mundo. Nos países europeus, por exemplo, a principal lógica para a oferta do ensino ainda está construída a partir do sistema público. Porém, o modelo mais relevante e de maior sucesso dos últimos anos é, sem dúvida, as escolas comunitárias e filantrópicas norte-americanas, no novo mundo.

Segundo contam os registros, com a chegada dos primeiros colonizadores puritanos nos Estados Unidos da América, em 1620, surgiu a necessidade premente da formação do capital humano para a manutenção e a sobrevivência das diversas comunidades isoladas. Em 1636, em um assentamento com apenas 700 colonos, em Boston, foi criada a primeira faculdade comunitária norte-americana, a *Newtowne College*. Esta, em 1636, passa a se chamar *Harvard College* (atualmente filantrópica). Assim, a partir desse conceito, pensado e gestado dentro de uma comunidade, consolidaram-se e difundiram-se, em todos os Estados Federados Americanos,



os ideais dos *Community Colleges* (*Faculdades Comunitárias*), cujo principal fundamento é o alinhamento com a vocação econômica local, onde a instituição está inserida. Foi com base no pensamento comunitário que, em 1865, Charles Eliot, idealizador do modelo atual de ensino superior americano, definiu as três principais diretrizes para as faculdades e universidades norte-americanas:

- 1º Primar pela excelência nas disciplinas ofertadas (difusão do conhecimento);
- 2º Prestar uma contribuição para o bem-estar social e econômico (agente econômico);
- 3º Oferecer uma liberdade curricular e de cursos (atentar para as vocações regionais).

Assim, o espírito e a finalidade pública das primeiras faculdades comunitárias se enraizaram e influenciaram definitivamente todo o pensamento do ensino superior norte-americano. A partir de 1900 foi criada a Associação de Universidades Americanas, e em 1901 se estabeleceu o primeiro *Community College*, em Illinois. Atualmente, segundo a *American Association of Community Colleges* (AACC) – Associação Americana de Faculdades Comunitárias –, os EUA já possuem mais de 1.200 *Colleges* (faculdades), além das grandes universidades filantrópicas, como Harvard, Yale, Calltech, Stanford e Johns Hopkins.

Os *Community Colleges* americanos já formaram mais de 100 milhões de alunos





desde a sua criação em 1901 e anualmente são responsáveis pela matrícula de 10 milhões de estudantes. Hoje, 44% dos estudantes de graduação estão em faculdades comunitárias, e 50% dos calouros que avançam para cursos de pós-graduação são originários dos *Community* norte-americanos.

Portanto, desde o conceito de ensino idealizado pelas primeiras comunidades puritanas, em meados de 1600, a ideia de um ensino regionalizado e com alguma flexibilidade curricular mostrou ser a melhor forma para se adaptar e potencializar as diversidades culturais e regionais de um território heterogêneo em recursos e culturas. Além disso, é razoável imaginar que foram os princípios do ensino comunitário que permitiram a construção de uma das maiores potências tecno-econômicas da história da humanidade: os Estados Unidos da América.

As faculdades comunitárias norte-americanas, juntamente com as suas universidades filantrópicas, em todas as suas diferentes manifestações, são representantes verdadeiramente únicas e de grande expressão do ensino superior mundial. Elas propõem uma forma eficiente e adaptável de transferência de conhecimento, concebido sob medida para as necessidades locais e regionais de onde estão inseridas. No Brasil, o estado de Santa Catarina, desde 1960, possui um modelo semelhante ao modelo comunitário americano, com resultados também similares àqueles obtidos pelos norte-americanos. De forma similar, o estado catarinense é um dos únicos da federação que apresentam uma distribuição homogênea de riquezas e uma grande diversidade econômica estadual. Provavelmente, a exemplo do EUA, seja o modelo de ensino comunitário o segredo dos ótimos índices de educação, renda, saúde e segurança que o estado vem alcançando.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO COMUNITÁRIO PARA OS GOVERNOS

Ao falar em uma rede de ensino superior capilarizada, deve-se atentar para a necessidade de uma rede de ensino fundamental e de ensino médio, também capilarizada. Porém, sob esse aspecto, devem-se considerar as diferentes perspectivas entre a educação e o ensino. A educação fundamental e a educação no ensino médio buscam

desenvolver um conjunto de instruções sociais por meio do compartilhamento de códigos de conduta e comportamento coletivos, criando um espírito coletivo e construindo um sentimento de pertencimento do indivíduo. No ensino superior, a instrução está direcionada para a capacitação econômica do cidadão, permitindo que ele desenvolva a plenitude



de sua vocação e contribua para o avanço da sociedade. Nesse sentido, a disponibilidade da formação tecno-científica regional permite que as famílias mantenham as suas unidades, ao mesmo tempo em que constroem, como seus descendentes ou membros, um ambiente de prosperidade.



A possibilidade de acesso ao conhecimento superior está diretamente relacionada com o desenvolvimento tecnológico, o qual, por sua vez, é a mola propulsora da inovação. Segundo as proposições do “Profeta” da Inovação, Joseph Schumpeter, o desenvolvimento da tecnologia traz riqueza, mas a riqueza não garante o desenvolvimento tecnológico. Portanto, para se produzir tecnologia e gerar riquezas, é necessária a manutenção de um sistema de formação e difusão de conhecimento superior consistente, bem estruturado e com estratégias relevantes.

O constante desenvolvimento da tecnologia está por trás de todas as ondas econômicas. Segundo o futurista Alvin Toffler, em seu livro *The Third Wave* (1980), a primeira onda foi a que permitiu ao homem deixar de ser nômade – a onda Agrícola. Nesta, o domínio das técnicas de arado e a seleção das sementes permitiram a criação das grandes cidades. A segunda onda veio a partir da Revolução Industrial, quando o domínio do vapor e dos motores à combustão criou todo o conceito de indústria que conhecemos atualmente. A terceira onda, a da Informação, foi promovida pelos avanços da eletricidade e da eletrônica. Esta ainda está em curso e exige grande

competência de profissionais nas tecnologias de informação (hardware e software). Entretanto, a quarta onda, a qual já começou, merece um maior cuidado, pois vai exigir ainda mais a necessidade do conhecimento superior, é a onda da Gestão do Conhecimento. Essa onda será a base do rearranjo das formas atuais de sociedade, pois será construída sob aspectos ainda intangíveis para os critérios socioeconômicos atuais. Diante disso, é necessário desenvolver um novo olhar para as instituições de ensino superior (IES), pois o domínio e a possibilidade da concentração de alguns conhecimentos podem resultar em importantes mudanças geopolíticas nacionais e internacionais. Sendo assim, é imprescindível que a gestão do conhecimento superior se mantenha alinhada com as políticas públicas governamentais, com vistas ao bem de toda a sociedade.

Complementarmente, segundo o educador Claudio de Moura Castro (artigo Abrasel - 2019), o primeiro degrau da escada da produtividade é a educação no ambiente familiar. Sob esse aspecto, a oferta do ensino superior, a partir de instituições comunitárias, é essencial para o sucesso e a sustentação econômica de uma sociedade regionalizada. Como idealizado nos primórdios nos EUA, a proposta do ensino comunitário é criar nas localidades, no caso do Brasil, nos municípios, espaços capazes de atender às necessidades e às demandas do principal agente econômico: a família. Dessa forma, as IES desenvolvem uma interação sinérgica com cada região e se tornam agentes de aderência desta com





as tendências globais e também com as estratégias dos governos.

Como bem explicitado anteriormente, é apenas por meio da difusão e apropriação dos conhecimentos que será possível beneficiar sociedades regionalizadas e naturalmente heterogêneas. Portanto, a presença de instituições de educação superior, próximas às comunidades, é a melhor oportunidade de transformação da informação em conhecimento e deste em tecnologia aplicada. Sob esses aspectos, fica evidente que a finalidade pública dessas instituições é um fator de fundamental importância para os governos (municipais, estaduais e federais) manterem as suas estratégias de longo prazo e alcançarem o desenvolvimento econômico.

As Instituições de Ensino Superior Comunitárias no Brasil

Até o ano de 2013, a legislação brasileira adotou o modelo de Educação Superior reconhecendo apenas as instituições de educação superior de natureza privada e de natureza pública. Essas instituições têm cumprido com uma função importante e constitucional na formação de recursos humanos em nível superior e para o desenvolvimento de tecnologias e de inovação no país. No entanto, o Brasil tem características particulares e importantes, em especial uma grande extensão territorial e vocações econômicas e culturais muito diversificadas. Em razão dessas características, as grandes estruturas federais de Educação Superior foram implantadas em grandes centros urbanos, tendo baixa integração e ação nas regiões do

interior dos estados e do país. Essa condição não tem proporcionado a formação em nível superior e o desenvolvimento da pesquisa e da extensão de forma isonômica em todo o território brasileiro. Essa característica tem sido um fator importante e responsável pelo êxodo das famílias para os grandes centros urbanos.

Esse cenário histórico motivou, especialmente na década de 1950, a concepção de Instituições de Educação Superior (IES) vocacionadas e com missões que refletem as atitudes regionais de mitigar o êxodo dos seus jovens pela busca de uma formação em nível superior em grandes centros urbanos. Nessa década em especial, a sociedade civil organizada e os poderes públicos estaduais e municipais conceberam e implantaram as Instituições Comunitárias de Educação Superior (IES Comunitárias), com grande apoio dos Ministérios Públicos e das Prefeituras.

As IES Comunitárias são criadas por uma atitude e a partir da organização de uma sociedade local. Por isso, são especialmente concebidas para responder às necessidades e oportunidades regionais. Dentre as diversas contribuições proporcionadas pelas IES Comunitárias destacam-se a redução dos índices de êxodo das famílias para os grandes centros em busca do ensino superior e também a formação de empreendedores e de recursos humanos para permanecerem e atuarem no desenvolvimento e no crescimento das atividades socioeconômicas regionais. Ao mesmo tempo, também contribuem para a realização de pesquisas qualificadas e para



a elaboração e execução de programas de extensão, bem como de projetos e serviços especializados para a comunidade. Com o aprimoramento das ações das IES Comunitárias nas suas regiões, são realizadas ações de inovação vocacionadas, comprometidas com as reais necessidades e estratégias de crescimento e de desenvolvimentos econômicos demandados pela sua região de atuação.

As IES Comunitárias têm cumprido com os seus objetivos com muita eficiência e vêm se consolidando em todo o território nacional. Em alguns estados brasileiros o modelo de ensino superior já está muito bem consolidado

e é considerado um capital social dos estados e das suas regiões, a exemplo dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Nesses estados o modelo evoluiu tão bem a ponto de as IES Comunitárias se organizarem como redes de educação superior e constituírem, em 2 de maio de 1974, em Santa Catarina, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e, em 27 de abril de 1996, no Paraná, o **Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung)**. Em outras regiões e estados brasileiros, as IES Comunitárias também já são uma realidade, e redes de educação superior já estão em fases de expansão ou em fases de formação (Figura 5).

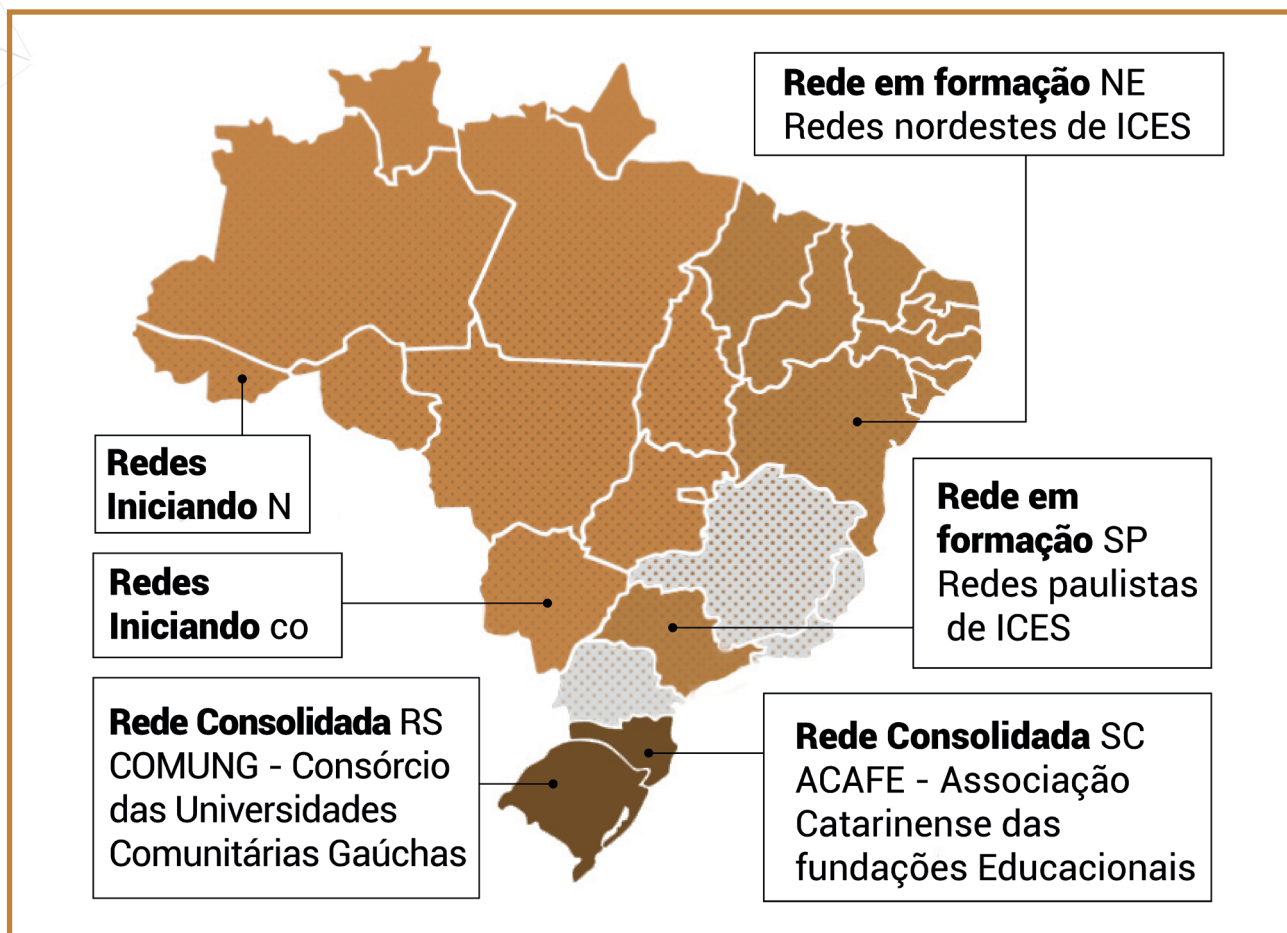




Figura 5: Redes de Instituições Comunitárias de Ensino Superior no território brasileiro
Fonte: Associação Brasileira das Universidades Comunitária (2020).





Em virtude da grande eficiência das IES Comunitárias em responder às demandas dos municípios e das regiões onde atuam, essa modalidade de IES, bem como o modelo de redes de IES Comunitárias, é uma opção que vem aumentando e prosperando em todo o território brasileiro. Além das duas redes regionais já consolidadas – Acafe e Comung – a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) trabalha no apoio e na articulação para a multiplicação dessas entidades por todo o Brasil, a exemplo dos estados de São Paulo e do Nordeste. Por



sua vez, nas regiões Centro-Oeste e Norte já atuam IES comunitárias, e as redes regionais ainda estão em fase inicial de organização.

A ABRUC tem trabalhado para incentivar e promover a formação dessas redes, por entender que o processo de implantação de uma IES Comunitária a partir da realidade local ocorre com debates mais bem articulados. Portanto, a sua missão reflete a vocação regional, e a sua atuação é mais eficiente e comprometida com o desenvolvimento regional.

CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS NO BRASIL

MISSÃO E VISÃO DAS IES COMUNITÁRIAS

As IES Comunitárias contemplam nas suas missões o desenvolvimento regional, por terem sido concebidas e criadas especialmente para esse fim. As suas missões contemplam a formação qualificada de recursos humanos em nível superior, bem como a pesquisa, a extensão e a inovação, especialmente para uma demanda regional e com interação forte com os setores públicos e privados.

A excelência dos seus resultados deve-se à eficiência dos seus mecanismos jurídicos e de gestão, à qualidade da sua infraestrutura, do corpo docente e dos

técnicos administrativos e, especialmente, à ampla e qualificada inserção com ressonância das suas ações nas expectativas da sociedade na qual atuam.

A visão das IES contempla o seu reconhecimento nacional e internacional como instituições de excelência na educação superior, na pesquisa e extensão e nos serviços prestados para a comunidade. Também contempla que as IES sejam atuantes, em parceria com o sistema público de educação, em ações sinérgicas em todas as regiões da nação brasileira.





MECANISMOS JURÍDICOS DAS IES COMUNITÁRIAS

As IES Comunitárias são constituídas a partir da criação de fundações sem fins lucrativos, por comissões específicas constituídas por representantes da sociedade civil organizada da região, que seguem rigorosamente as orientações e os procedimentos normais do Ministério Público. Essa característica garante o valor e o compromisso jurídico das instituições comunitárias com o Estado brasileiro, bem como a implantação em qualquer região brasileira e com agilidade.

As fundações são as mantenedoras das Universidades Comunitárias ou dos Centros Universitários Comunitários. Todas as suas ações institucionais são apresentadas, debatidas e aprovadas por um Conselho Superior, instituído como um órgão juridicamente responsável e deliberativo para as ações jurídicas, de planejamento, de orçamento e de gestão. Os estatutos, regulamentos e projetos de cursos, bem como os orçamentos, são sistematicamente debatidos e acompanhados e anualmente aprovados pelo Conselho Superior, para então estarem deliberados para as devidas execuções. Em especial, os orçamentos anuais projetados e realizados são sempre auditados por um conselho curador, constituído por representantes da sociedade organizada e por empresas de auditoria credenciadas para essa finalidade, e, posteriormente, são encaminhados para validação e registrados nos Ministérios Públicos. De modo geral, as



IES têm na sua estrutura setores jurídicos ou procuradorias jurídicas responsáveis pela condução e pela guarda dos procedimentos jurídicos institucionais.

Os docentes e discentes são colaboradores das fundações mantenedoras e são contratados pelo regime federal da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Seus salários e benefícios, bem como as suas gratificações por funções, são garantidos com planos de cargos e salários dos docentes e dos técnicos administrativos. Todos os planos são aprovados pelo conselho superior da fundação mantenedora e podem ser alterados de acordo com as necessidades e particularidades de cada IES Comunitária e por força de alterações da legislação pertinente, sempre com a aprovação do conselho superior da fundação mantenedora e com o registro junto ao Ministério Público Regional.

Quanto aos reajustes salariais, são realizados anualmente de acordo com índices nacionais, normalmente considerando o INPC. Os docentes e os técnicos administrativos são anualmente contemplados com os reajustes salariais, fundamentados em critérios técnicos e justos, além de triênios e progressões de carreira previstos em seus planos de cargos e salários e na legislação em vigência.

Esses procedimentos garantem a segurança jurídica das atividades realizadas





pelas IES Comunitárias, bem como dos seus colaboradores e discentes. Da mesma forma, contribuem para a satisfação dos colaboradores, o que evita movimentos de

greve por questões salariais e garante a regularidade das atividades das IES e um bom clima organizacional.

MECANISMOS DE GESTÃO DAS IES COMUNITÁRIAS

A gestão das IES Comunitárias é realizada com procedimentos transparentes e participativos e com responsabilidade jurídica atribuída aos gestores e, especialmente, aos presidentes das fundações.

Por serem instituições sem fins lucrativos e por serem fiscalizadas pelo Ministério Público, os processos de gestão são assegurados com transparência e rigorosa responsabilidade. A gestão é de responsabilidade de Reitores, que constituem uma equipe de gestão de Pró-reitores, de Diretores e de outros gestores de acordo com as estratégias e necessidades de cada IES Comunitária.

Para o planejamento das políticas institucionais e para a gestão das suas ações, as IES Comunitárias têm conselhos e colegiados. Esses órgãos colegiados são dedicados às discussões e aprovações pertinentes às atividades de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e extensão, às atividades de prestação de serviços e às ações e projetos de inovação. Esses conselhos e colegiados são operacionalmente apoiados

por comissões internas que contribuem com as reflexões, discussões, elaborações e gestão de todas as atividades institucionais. Essa característica dos mecanismos de gestão garante um processo participativo da comunidade acadêmica e da sociedade na construção das políticas institucionais e no planejamento e gestão das suas ações.

As ações de gestão das IES Comunitárias são rigorosamente planejadas com foco nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos seus Planejamentos Estratégicos. Na construção desses documentos, docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade se reúnem, refletem, discutem e propõem as ações necessárias para o desenvolvimento da IES nos próximos períodos, em acordo com as diretrizes e políticas estaduais e nacionais e, em especial, com as demandas e oportunidades manifestadas pelas regiões das suas atuações. Essas ações são transformadas em planos de metas de gestão institucional, e as atividades das IES são planejadas, organizadas e executadas



para o período em acordo com esses planos. Esses procedimentos permitem que as IES Comunitárias atinjam com ótima eficiência os resultados planejados para o período e

garantem o cumprimento das expectativas da sociedade da sua região e as ações para o desenvolvimento socioeconômico regional.

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS IES COMUNITÁRIAS

A composição orçamentária das IES Comunitárias ocorre por captação de recursos financeiros por meio de mensalidades, projetos de captação de recursos em órgãos de fomento, prestação de serviços especializados e bolsas de estudos destinadas pelos governos municipais, estaduais e federal.

Os alunos das IES Comunitárias contribuem com mensalidades planejadas e definidas para cada curso de graduação ou pós-graduação. Os valores das mensalidades são definidos anualmente com rigorosos estudos de viabilidade, elaborados para cada curso ou atividade. Nesses estudos, uma das principais premissas adotadas é a sustentabilidade dos cursos ou das atividades fundamentais das IES, e uma das considerações de análises são as condições socioeconômicas da região de atuação da instituição, primando sempre pelo acesso do maior número de alunos.

Como um dos resultados positivos dessa prática são mensalidades com valores coerentes com a realidade socioeconômica e adequados com o poder aquisitivo da população regional, essa característica torna

possível o acesso ao ensino superior pela sociedade local e mitiga o êxodo regional pela busca da Educação Superior em grandes centros. Os valores justos e acessíveis das mensalidades das IES Comunitárias tornam viável a permanência do aluno na sua região, por serem menores que os custos demandados para a sua manutenção em grandes centros, mesmo se estiver matriculado em universidade pública.

As IES Comunitárias têm grande força e competência na elaboração e execução de projetos de pesquisa e de desenvolvimentos, bem como nas prestações de serviços especializados para os setores públicos e privados e para a comunidade nas suas regiões de atuação. Esses projetos são uma fonte de recursos financeiros para as IES, além de qualificarem as suas atividades-fim. A quantidade de projetos de pesquisa e de desenvolvimentos aprovados pelas IES Comunitárias tem aumentado expressivamente em virtude da qualificação do seu corpo docente, da sua infraestrutura e do aumento da demanda qualificada da





sociedade. Da mesma forma, a quantidade de projetos de desenvolvimentos realizados diretamente com as empresas da sua região de atuação tem aumentado progressivamente. A partir desses projetos são captados recursos financeiros expressivos e importantes para a manutenção das IES e das políticas de permanência dos alunos. Ressalta-se que sempre são envolvidos docentes e discentes nessas ações, que são remunerados com bolsas ou com outros valores em acordo com as previsões nos projetos aprovados e gerenciados pela IES.

Os governos municipais e estaduais desempenham um papel extremamente importante para a composição orçamentária das IES Comunitárias. Os programas estaduais e municipais de apoio ao ensino superior estão normalmente alinhados com uma política social. Essa característica permite que políticas sociais importantes para a inclusão da sociedade regional na educação superior sejam realizadas pelos governos, especialmente estaduais, com o repasse de bolsas de estudos para alunos das IES Comunitárias considerados carentes. Um exemplo exitoso são os programas de Santa Catarina, denominados Programa Uniedu, ou Programa Artigo 170, e Programa Artigo 171, com repasses anuais do governo do estado de Santa Catarina para as IES Comunitárias e com um rigoroso controle de implantação, execução e prestações de contas. Esses programas são iniciativas do parlamento e do executivo do estado,

com recursos para a educação previstos na legislação estadual de Santa Catarina, e são gerenciados e liberados para as IES Comunitárias pelo Governo Estadual. Além de serem importantes para o acesso e a permanência dos alunos, esses programas comprovam o sucesso e a importância do modelo da Educação Superior Comunitária para um Estado, com o envolvimento direto da sociedade regional organizada e das políticas públicas para a manutenção, com eficiência, das IES Comunitárias.

As IES Comunitárias não têm fins lucrativos, e esse fator contribui para a composição e para o planejamento dos seus orçamentos. Os retornos previstos não são tratados como lucros, mas como recursos financeiros para reinvestimentos exclusivamente nas IES e para o próximo ano vigente, sendo que na concepção e aprovação dos orçamentos são previstos retornos financeiros importantes para a sustentabilidade e o crescimento/expansão institucional. Não é prevista divisão de lucros ou similares.

Destaca-se que essas características importantes da composição e do processo orçamentário garantem a sustentabilidade e o crescimento/expansão das IES Comunitárias e a satisfação dos seus colaboradores e da sociedade, especialmente regional. Ainda, permitem a manutenção da sua infraestrutura com aspectos de modernização e de qualidade, sem o risco do seu “sucateamento”.





INFRAESTRUTURA

A infraestrutura das IES Comunitárias é considerada de excelência. Nos projetos de implantação das instituições são previstos ambientes e estruturas dedicados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e de prestação de serviços especializados para a comunidade. Todas as infraestruturas consideram no seu planejamento as condições físicas e ambientais suficientes para garantir serviços com maior qualidade, conforto e harmonia para os seus usuários.

Os campi das IES Comunitárias são preparados para as atividades acadêmicas e também para a visitação e uso pela sociedade regional. Além das aulas e das atividades de pesquisa, extensão e prestação de serviços especializados, as famílias da região têm disponível a infraestrutura para o seu lazer e entretenimento.

Salas de aula, bibliotecas, auditórios, anfiteatros e laboratórios são concebidos e equipados com recursos modernos de última geração. Os laboratórios são otimizados e adequados para ensino e pesquisa e para prestação de serviços especializados, com o conceito e o planejamento de ambientes multiusos. A estrutura dedicada à gestão institucional e aos atendimentos dos alunos e da comunidade é especialmente adequada de acordo com a realidade e as necessidades dos gestores e das demandas. Da mesma forma, a qualidade dos ambientes, dos projetos de urbanização e das políticas inclusivas

de acesso aos deficientes é especialmente planejada e praticada.

As IES Comunitárias planejam e implantam a sua infraestrutura considerando um fator de ocupação superior ao praticado, pois, dessa forma, têm sempre a garantia de condições físicas suficientes para atender às demandas regionais e às suas necessidades de expansão. Essa característica permite que outras IES públicas, de caráter estadual e federal, utilizem esses espaços para as suas atividades por meio de convênios próprios. Como a maioria dos seus cursos de graduação e pós-graduação é realizada no período noturno, esse espaço de excelência fica disponível para outras ações em parceria com os poderes públicos municipais, estaduais e federal. Essa característica permite que a comunidade regional usufrua de toda a infraestrutura de alta qualidade que as IES Comunitárias possuem para a realização de eventos, cursos de capacitação, cursos de graduação de instituições públicas, ações com o setor privado, entre outros.

A manutenção da infraestrutura tem sua execução garantida pela previsão orçamentária projetada anualmente e por determinação da gestão superior das IES. Equipes de manutenção atuam periodicamente na manutenção da infraestrutura, com recursos financeiros planejados e garantidos, o que permite que, além de terem uma infraestrutura de excelente qualidade, as IES Comunitárias a mantenham sempre atualizada e operacional.





ENSINO DE GRADUAÇÃO

O ensino de graduação tem sido ofertado pelas IES Comunitárias no Brasil há mais de meio século, especialmente como resposta às muitas demandas da sociedade organizada regional dos estados brasileiros. No período das suas concepções e criações, as primeiras ações das IES Comunitárias foram os cursos de graduação, sempre tendo a excelência na sua qualidade como premissa indissociável das suas missões e valores. Para tanto, todos os cursos de graduação são regulamentados pelo Ministério da Educação, seguem a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e são avaliados regularmente pelos processos do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Ao longo de décadas, as IES Comunitárias se organizaram, planejaram e ampliaram a oferta dos seus cursos de graduação, bem como das suas vagas. A experiência foi tão

bem-sucedida que as IES Comunitárias foram motivadas pelas prefeituras e pelas comunidades ao redor dos municípios das suas sedes a ampliar as suas instalações e a sua atuação de graduação com novos campi fora do seu município-sede, caracterizando muitas das IES Comunitárias como multicampi.

As IES Comunitárias ofertam, atualmente, cursos de graduação em todas as áreas, com milhões de vagas disponíveis em todo o Brasil, o que representa em torno de mais de 20% dos alunos matriculados na graduação do país. Em razão do seu planejamento seguro para a oferta de vagas nos seus projetos de graduação, os cursos de graduação das IES Comunitárias têm muitas vagas disponíveis para a sua ocupação, o que garante um planejamento de crescimento da graduação para o país em todas as áreas.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As atividades de extensão são muito bem estruturadas nas IES Comunitárias e têm grande importância para a sociedade regional onde as instituições atuam. Muitos projetos de extensão são realizados com os recursos próprios das IES, previstos em orçamento e dedicados às diversas áreas de

formação das instituições. Muitos projetos de extensão são viabilizados com recursos disponibilizados pelos setores público e privado interessados. As políticas de extensão são planejadas e implantadas a partir de um amplo diálogo com a comunidade local, no sentido de prospectar a demanda de maior



relevância e com natureza extensiva. Para o planejamento, a execução e a gestão das atividades de extensão, as IES têm setores especializados e estruturados que mantêm amplo relacionamento com as atividades de ensino e de pesquisa.

As IES Comunitárias têm realizado diversos projetos de extensão importantes para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural e para a qualidade de vida das famílias da sua região de atuação. A exemplo de projetos na área da educação pública, com escolas de ensino infantil, fundamental e médio; na área da saúde, com os projetos dedicados a hospitais públicos, centros clínicos e postos de saúde municipais, além das ações com as suas clínicas integradas e hospitais próprios; e no campo social, com os muitos trabalhos que têm sido realizados com associações beneficentes e cooperativas municipais.

No campo da gestão pública, as IES Comunitárias têm realizado diversos trabalhos de apoio aos planejamentos urbanos e de governo dos municípios da sua região. Na área ambiental têm realizado projetos de extensão que contribuem com o mapeamento e monitoramento

das áreas ambientais, com projetos de uso e conservação dos espaços e com o planejamento de novas ações ambientais. Na área jurídica, as IES Comunitárias têm projetos de extensão importantes com os Ministérios Públicos, Fóruns e Defensorias Públicas regionais, com o atendimento das famílias da região em suas instalações.

Um dos fatores diferenciais e de extrema relevância, que reflete na grande eficiência da atuação das IES Comunitárias nas suas atividades de extensão, é a sua relação intensa e muito próxima com a sociedade regional, que a constituiu para esse fim. As IES Comunitárias têm o seu quadro de docentes e a sua infraestrutura adequados às vocações regionais, que são ampliadas e qualificadas com agilidade e de acordo com as realidades regionais; com isso, os projetos de extensão são favorecidos.

A sociedade busca intensa e rotineiramente as IES Comunitárias por conviver e se identificar naturalmente com elas no seu dia a dia. Além disso, reconhece as IES Comunitárias como um capital social da comunidade e da região, um patrimônio regional.

PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

A pesquisa e a inovação têm sido realizadas com excelência pelas IES Comunitárias. Os professores com alto nível

de formação e a infraestrutura disponível de excelência proporcionaram a implantação do ensino de graduação integrado com grupos





de pesquisa. Essas iniciativas articuladas e planejadas promoveram a cultura da pesquisa científica e da pesquisa aplicada nas IES Comunitárias, que têm sido dedicadas para a produção de conhecimentos científicos aplicados ao desenvolvimento regional.

Essa característica das pesquisas praticadas pelas IES Comunitárias permitiu conceber e implantar muitos programas de mestrado e doutorado, nas modalidades acadêmica e profissional, e nas mais diversas áreas da Capes. Essa atitude tem contribuído para a consolidação de políticas e ações eficientes da pós-graduação *stricto sensu* das IES Comunitárias na formação de recursos humanos especializados e para a prática da inovação local.

As IES Comunitárias constituíram, especialmente na última década, programas *stricto sensu* com ótimos desempenhos na Capes e ótimos resultados em nível de mestrado e doutorado, atendendo em grande parte às demandas regionais relevantes. Por terem uma visão da importância da pesquisa quando dedicada a temas importantes para a sociedade regional, as IES Comunitárias têm instituído programas próprios de bolsas e de incentivos aos alunos da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, além de inúmeros incentivos para os seus docentes pesquisadores, tanto para a execução dos projetos de pesquisa quanto para a qualificação docente no campo da pesquisa. Esse fator tem motivado muitos pesquisadores a implantar as suas linhas de pesquisas alinhadas com as

vocações e necessidades regionais, o que tem proporcionado resultados importantes e com aplicação real local.

O avanço da qualidade da pesquisa das IES Comunitárias é notório. Um dos destaques ocorre na pesquisa aplicada, considerando que os pesquisadores interagem com os setores público e privado na busca por temas pertinentes às suas necessidades e que possam ser convertidos em temas de pesquisas. Esse modelo se assemelha muito à forma de realização das pesquisas em países desenvolvidos, como Alemanha, Estados Unidos e Japão.

Os projetos de pesquisa associados com a inovação são realizados nas IES Comunitárias com eficiência. Muitos projetos são realizados diretamente com os setores público e privado da região, com demandas espontâneas de ambos os setores. A conversão de uma demanda em oportunidade de um determinado setor em um tema de pesquisa é atraente, considerando que as IES Comunitárias têm mecanismos seguros e ágeis para lidar com as questões de sigilo, proteção intelectual e transferência de tecnologia.

Nesse sentido, a pesquisa alinhada com a inovação, em todos os momentos do seu processo, é prontamente assistida pelos Núcleos de Inovação e de Transferência de Tecnologias (NITT) de cada IES. Os NITTs operam de forma ágil, simples e segura e dão apoio às equipes dos pesquisadores,





proporcionando segurança jurídica e administrativa para o processo da pesquisa.

Todo esse ambiente de pesquisa e de inovação conquistado, construído e disponibilizado pelas IES Comunitárias tem

proporcionado e viabilizado projetos de pesquisa e de inovação importantes para os desenvolvimentos regionais, em especial nas regiões onde as redes de instituições comunitárias já estão consolidadas.

POTENCIALIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS

ATENDIMENTO A TODAS AS REGIÕES DO BRASIL COM ENSINO SUPERIOR

As Instituições Comunitárias de Educação Superior têm um processo simples para a sua criação, implantação e gestão. Esses processos podem ocorrer a partir das iniciativas regionais e envolver os governos federal, municipais e estaduais e a sociedade civil organizada. Na condução dos processos de criação, os Ministérios Públicos regionais podem orientar e prover a segurança jurídica com o apoio e o suporte técnico jurídico adequados.

Os processos de criação de uma IES Comunitária podem ser organizados em etapas, de acordo com as estratégias definidas por comissões responsáveis pela implantação. Devem considerar como fatores relevantes a vocação de uma determinada região brasileira, as suas prioridades para o seu desenvolvimento, os momentos adequados

para a implantação e o perfil desejado para os recursos humanos de nível superior que se deseja formar, bem como os processos para a elaboração dos planejamentos financeiros para a sua viabilização.

O processo, como um todo, desde a sua concepção até a sua implantação, torna-se um compromisso regional, e o Estado passa a ter um papel importante como agente regulador e orientador da qualidade do processo, oferecendo apoio para as ações de criação de cada IES Comunitária. Nessa condição, o Estado transfere a responsabilidade de concepção, de implantação e de gestão para o conselho superior de administração de uma fundação que, na sua constituição, tem a representação da comunidade local. Essa característica se reflete como compromisso em sua gestão e valorização das IES





Comunitárias como se fossem patrimônios regionais.

O processo de implantação em território nacional das IES Comunitárias poderá ser integrado em uma política nacional de oferta de Educação Superior para todas as regiões do Brasil (Figura 2), com a qualidade e a responsabilidade nos seus projetos e nos processos de gestão. Poderá ser conduzido de forma estratégica e integrada, com recursos financeiros dedicados pelo Estado para os devidos financiamentos, porém não de forma subvencionada.

O poder público regional também poderá participar desse processo, e de forma contínua. As prefeituras municipais podem contribuir com apoios para a infraestrutura, com a doação de terrenos, acessos rodoviários, infraestrutura de energia e de lógica, entre outros. Essa condição permite o apoio desses poderes regionais, proporcionando um alívio financeiro e operacional desses investimentos para os governos estaduais e federal.

O governo federal contribui com o apoio técnico do Ministério da Educação e Cultura para o processo de elaboração e implantação dos primeiros Planejamentos de Desenvolvimentos Institucionais (PDIs) e para a elaboração e implantação dos primeiros Planejamentos Estratégicos das IES Comunitárias a serem criadas, e também com o apoio técnico na elaboração das políticas de ensino, pesquisa, extensão e de inovação das IES.

Por sua vez, caberá à comissão de concepção e de implantação da IES Comunitária, em um período inicial, a condução de todo o processo de constituição da instituição mantenedora, bem como a criação de comissões específicas para as primeiras ações demandadas pelos PDIs e dos demais projetos previstos. Uma vez implantada a IES, caberá à instituição mantenedora aprovar os procedimentos de gestão e definir os gestores responsáveis pela sua condução.

O processo de implantação de uma IES Comunitária oferece a oportunidade para todos os governos participarem da sua concepção e da sua criação, bem como da sua condução, de forma integrada e alinhada com a sociedade local. Esse diferencial proporciona agilidade nesse processo e a responsabilidade na condução das IES Comunitárias. Essas características resultam no atendimento das vontades e das prioridades manifestadas nas demandas regionais, e é fato que todas as regiões da Federação brasileira têm as suas particularidades e vocações e estão ávidas por criar, implantar e conduzir a sua Instituição Comunitária de Educação Superior para esse fim. Esse cenário é certamente uma oportunidade para a Federação Brasileira complementar a sua matriz de oferta de Educação Superior em todo o território nacional, com uma soma sinérgica de esforços entre os governos municipais, estaduais e federal e a sociedade civil organizada (Figura 6).



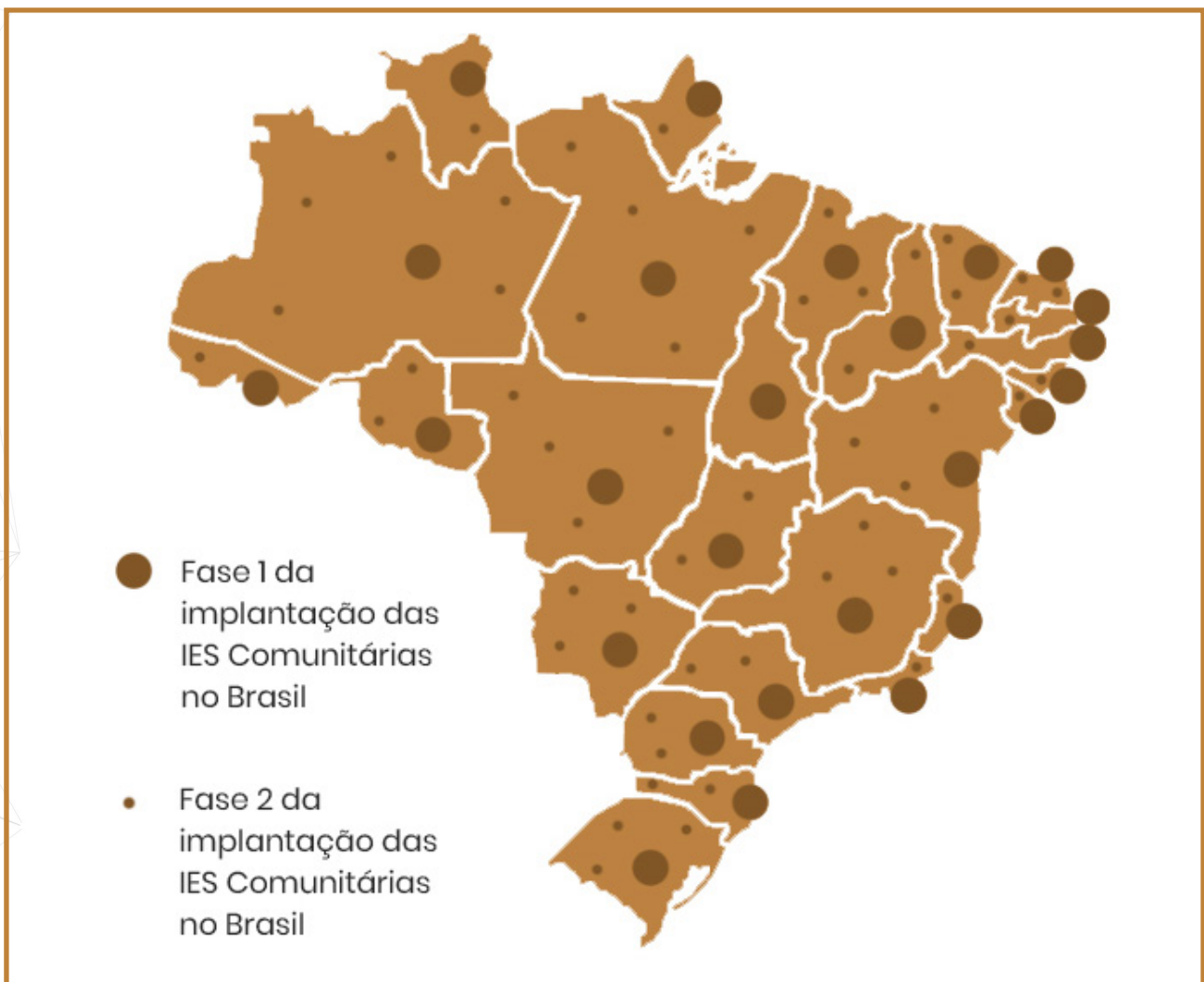


Figura 6: Ação estratégica de alcance nacional das IES Comunitárias, integrada em uma política nacional de oferta de Educação Superior para todas as regiões do Brasil

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM PROJETOS VOCACIONADOS

A implantação de uma IES Comunitária com o envolvimento dos poderes públicos regionais e da sociedade civil organizada proporciona a concepção de um projeto, com visão e missão, vocacionado com um perfil socioeconômico e ambiental da região.

Cada IES Comunitária deve ser concebida por um processo dinâmico a partir de discussões

entre os poderes públicos e os representantes da sociedade civil organizada na região, com a valorização das características e oportunidades locais, considerando os desafios para o seu desenvolvimento e para o seu crescimento, e também as vontades, as prioridades e as estratégias regionais. Esses cenários deverão ser gerados e valorizados no processo, de modo a refletir nos valores e nas missões, bem





como no planejamento de desenvolvimento institucional e no planejamento estratégico de cada IES Comunitária.

Essa prática permite que as IES Comunitárias implantadas em cada região sejam eficientes com as suas ações para o desenvolvimento regional. Além disso, permite a formação de recursos humanos qualificados para esse desenvolvimento e proporciona ao aluno uma formação dedicada também para a sua região, o que reflete em oportunidades reais para os seus formados e reduz o êxodo dessas regiões em busca da formação de ensino superior em outros estados ou em outras regiões do país.

É fato que para a maioria da população o acesso à Educação Superior de qualidade é limitado em razão do elevado investimento financeiro necessário. Mesmo tendo na sua matriz o ensino superior público, o Brasil não oferece vagas gratuitas suficientes para toda a sua população, o que gera um processo seletivo de alta disputa e acaba por beneficiar a grande maioria da população que tem acesso ao ensino fundamental e médio de instituições privadas.

Porém, o custo mais elevado para as famílias brasileiras é com a manutenção, por longos períodos, do aluno nos grandes centros que ofertam o ensino superior. Esse custo, para longe das suas casas, é uma realidade marcante no Brasil, considerando a sua extensão territorial e a realidade social da maioria da população. Essa condição promove o êxodo das regiões mais afastadas dos grandes centros, o que, na grande maioria das vezes,

acaba por impactar de forma permanente o desenvolvimento regional. O profissional formado dificilmente retorna para a sua região, pois acaba sendo formado numa realidade distante da realidade da sua região. Portanto, o seu retorno se torna inviável e um impeditivo para contribuir para o desenvolvimento da sua região de origem. Nesse contexto real do Brasil, uma política para a implantação das IES Comunitárias contribuirá para um cenário muito diferente, com a redução do êxodo dos seus jovens e famílias e com a inserção da Educação Superior de qualidade em cada região do território nacional.

Além da formação de recursos humanos, as características regionalizadas que a IES Comunitária tem em sua raiz e no seu compromisso permitem o desenvolvimento de pesquisas e de inovações dedicadas à sua região. Muitos setores e segmentos são diretamente beneficiados pelos grupos de pesquisa e pelas políticas de pesquisa e inovação da IES Comunitária. Os grupos de pesquisadores e a infraestrutura dedicados para a pesquisa e para a inovação das IES Comunitárias desenvolvem linhas de pesquisas, temas de pesquisas e inovações com o perfil regional, fato que reflete em parcerias eficientes com as empresas locais dos ramos industrial, comercial e de serviços.

As ações de extensão e os serviços especializados para a comunidade prestados pelas IES Comunitárias proporcionam retornos importantes para a sociedade com elevada eficiência. A sua natureza permite um diálogo intenso e permanente com prefeituras,





empresas, hospitais, escolas e colégios, associações e cooperativas, entre outros. Essa íntima proximidade permite que os projetos, as ações de extensão e os serviços especializados sejam todos concebidos para uma resposta direta às demandas sociais da sua região. Essas ações também contribuem para a formação dos recursos humanos, com a graduação e com a pós-graduação, tratando com as realidades locais nas atividades curriculares. Os excelentes retornos para a sociedade, com os projetos de extensão e os serviços especializados das IES Comunitárias, devem-se especialmente à proximidade proporcionada pela sua natureza comunitária regional.

A concepção de uma IES Comunitária permite contemplar as vocações e as

estratégias das regiões brasileiras. Trata-se de um modelo, desde a sua criação até a sua gestão, que permite a interação intensa e forte com as demandas da sociedade regional e contribui de forma eficiente para os mecanismos de crescimento e de desenvolvimento adotados pela região. É certo que a implantação de IES Comunitárias com esse perfil no território brasileiro contribui para a consolidação de um sistema de Educação Superior Vocacionado de qualidade para o país, o que contribuirá com eficiência e de forma sustentável para o crescimento de cada região do território nacional e para o compromisso e a responsabilidade do poder público e da sociedade civil organizada regional (Figura 7). Esse é um diferencial para a matriz da Educação Superior do Brasil.



Figura 7: IES Comunitária comprometida com o desenvolvimento regional com a sua missão vocacionada



EDUCAÇÃO SUPERIOR COMUNITÁRIA VOCACIONADA INTEGRADA

A integração das IES Comunitárias é uma oportunidade importante para os estados brasileiros e o país aprimorarem a matriz nacional de Educação Superior. É possível conceber a contribuição das instituições comunitárias para o desenvolvimento dos estados e do país a partir do alinhamento dos seus projetos e práticas regionais.

Um bom projeto, e com organização em nível estadual, permite que as IES Comunitárias sejam implantadas nas mesorregiões de cada estado brasileiro, tratando como compromissos nas suas missões as respectivas vocações regionais. O reflexo de um projeto dessa dimensão e dessa natureza tem enormes retornos para o desenvolvimento do Estado, considerando que é possível implantar em cada mesorregião as IES Comunitárias vocacionadas e, dessa forma, contribuir para a qualidade de vida e para o desenvolvimento humano da sociedade com a formação de recursos humanos, com pesquisas e inovações, com as ações de extensão e com os serviços especializados dedicados à comunidade local.

É fato que as iniciativas em alguns estados, em especial Santa Catarina, com a Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), e Rio Grande do Sul, com o Comung (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas), têm contribuído há mais de meio século com o desenvolvimento

dos estados brasileiros. Milhões de alunos já foram formados pelas IES Comunitárias em todas as grandes áreas, a exemplo de gestores públicos, empreendedores e muitos outros profissionais.

É notório que muitas pesquisas renomadas e muitas inovações foram e têm sido realizadas em parceria com os mais diversos setores de cada região de atuação das IES Comunitárias, o que contribui de forma expressiva para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental desses estados.

A estratégia de desenvolver um país perpassa pelo desenvolvimento das suas regiões. As IES Comunitárias, uma vez implantadas e organizadas em uma região, desempenham um papel de extrema relevância e com eficiência para o seu desenvolvimento, característica que pode ser integrada numa política de desenvolvimento nacional. A vocação do país é o reflexo da vocação dos seus estados e das suas regiões, portanto a integração dos planos de desenvolvimentos institucionais das IES Comunitárias é uma oportunidade importante para a contribuição eficiente dessa meta nacional.

Um projeto de concepção, implantação e integração das IES Comunitárias no país é estratégico, arrojado e inovador. Deve ser planejado e executado com iniciativas que contemplem a articulação, o relacionamento



e a implantação regional com alinhamento estadual, porém orientado por uma política nacional. A integração não é jurídica, mas ocorre por meio de projetos integradores, concebidos, elaborados e executados em conjunto pelas IES Comunitárias e com apoio dos governos e do setor privado.

Essa dinâmica ocorre com responsabilidade jurídica e com o compromisso com a sustentabilidade, considerando que as

IES Comunitárias são autônomas e sustentáveis desde as suas premissas de criação até os seus mecanismos de operacionalização e de gestão. Concebe-se a integração das ações das IES Comunitárias como uma forma importante de contribuir para o desenvolvimento da Educação Superior do Brasil com sustentabilidade e responsabilidade de todos os setores públicos e da sociedade civil organizada do país (Figura 8).

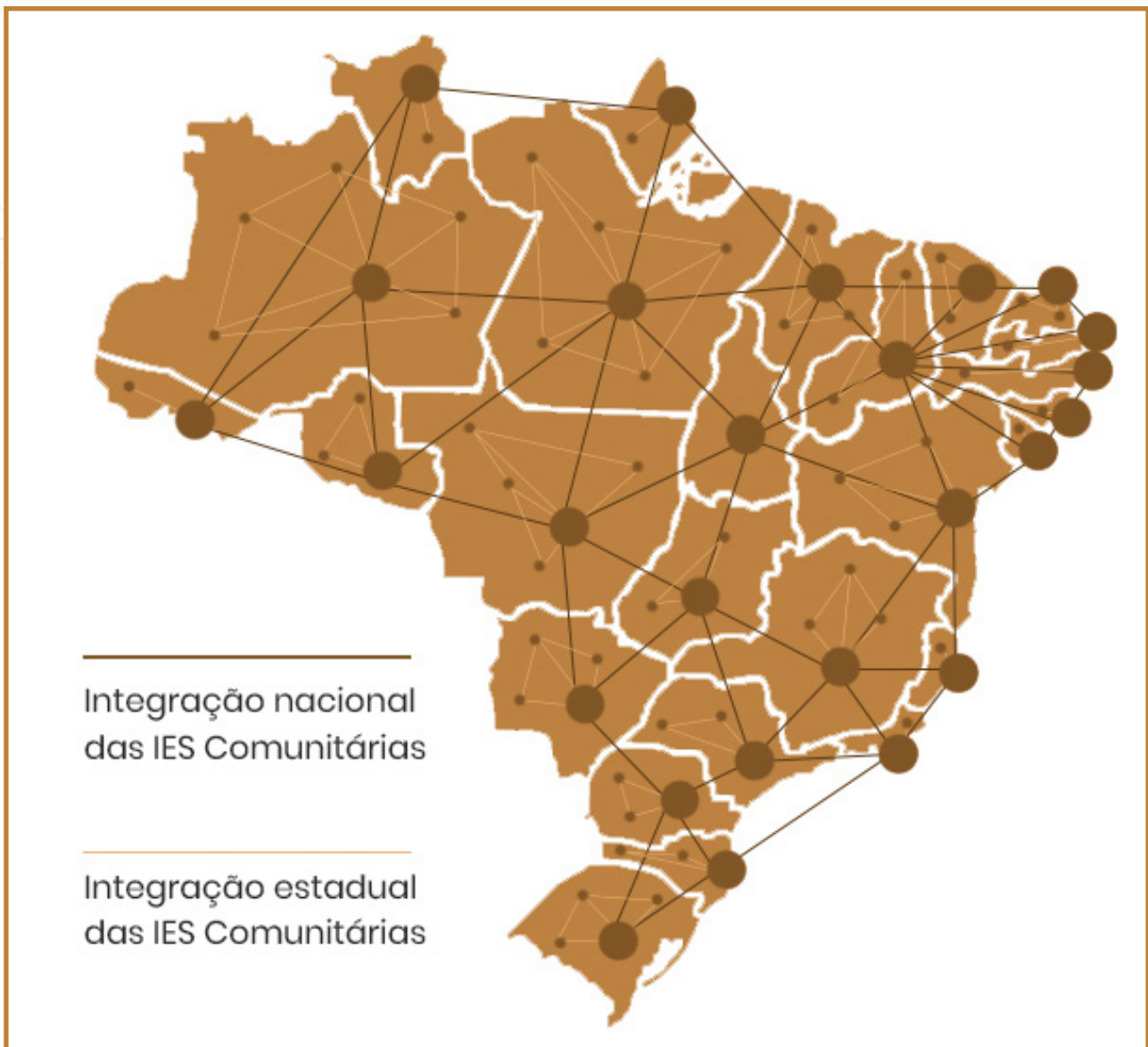


Figura 8: IES Comunitária atuando de forma integrada, com a contribuição importante no desenvolvimento dos estados e do país



INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS ÁGEIS E EFICIENTES

As Instituições de Educação Superior Comunitárias têm mecanismos de gestão eficientes e ágeis para as suas ações. A estrutura da gestão é considerada “enxuta” e rápida em razão de seus fluxos operacionais e de decisão garantirem os debates de forma eficiente, bem como a sua elaboração e execução.

A grande maioria das IES Comunitárias atua em pequenas regiões, num território relativamente pequeno, por isso são adaptadas e especializadas nas suas vocações. Algumas IES são multicampi, mas têm um modelo de gestão com direções ou vice-reitorias responsáveis por cada campus, que atuam completamente alinhadas com a sede institucional e também seguindo fluxos “curtos” e eficientes. Essa característica permite que as IES Comunitárias conduzam os seus processos de decisões e de respostas de forma muito rápida e eficiente, com segurança jurídica e administrativa.

Anualmente, os planos de desenvolvimentos institucionais e os planejamentos estratégicos são revisados e consultados rotineiramente para o planejamento das ações operacionais das IES Comunitárias. Essa prática é rigorosamente mantida e reflete na eficiência da execução das ações previstas e definidas como estratégicas e importantes para as IES Comunitárias cumprirem as suas missões.

Os reflexos acabam por ser positivos no cumprimento das metas estabelecidas pela comunidade acadêmica e pela sociedade para os cursos de graduação e de pós-graduação, para a pesquisa e extensão, para a inovação e para os serviços especializados.

Nos conselhos superiores das mantidas e das mantenedoras são debatidos, elaborados e aprovados os planos e planejamentos estratégicos das IES Comunitárias. Composto esses conselhos estão representantes do setor público e do setor privado da região onde a IES está inserida, os quais, como uma grande vantagem, contribuem para tornar pauta situações e oportunidades relevantes para a sociedade local. Nesse contexto, as prioridades para o desenvolvimento regional sempre são pautadas e inseridas nos ajustes ou nas revisões do PDI e do planejamento estratégico das IES Comunitárias. Essas ações participativas permitem que as atividades realizadas pelas IES estejam sempre em acordo com as expectativas da comunidade local, o que garante elevada eficiência no cumprimento das missões de cada IES Comunitária e torna imprescindível a sua participação no processo do desenvolvimento e do crescimento regional.

Os mecanismos de gestão adotados pelas IES Comunitárias tornam a manutenção da sua infraestrutura um processo viável



e otimizado. Esse diferencial é importante para mitigar desperdícios e zelar os recursos financeiros da instituição, os quais deverão ser direcionados para melhorias e investimentos para cumprir exclusivamente a sua missão com a sociedade. Esses recursos são otimizados pelos métodos de gestão adotados e garantem o excelente estado das estruturas físicas, urbanísticas e de inclusão de deficientes físicos, bem como a ampliação e o aprimoramento de programas próprios de bolsas de estudos e incentivos às atividades de pesquisa e extensão e de modernização das IES Comunitárias.

Essas contribuições devem ser consideradas exemplos de sucesso com

relação à agilidade e eficiência de adaptação e de respostas das IES às demandas da sociedade. É possível conceber que um conjunto de IES Comunitárias vocacionadas e articuladas em suas ações, atuando em um estado da federação, constitui um ambiente eficiente e ágil para o seu desenvolvimento. Da mesma forma, o conjunto de IES Comunitárias agindo em todo o território nacional, contribuindo com o desenvolvimento das suas respectivas regiões, se articuladas, contribuirá para o desenvolvimento da sociedade brasileira, respondendo de forma vocacionada, rápida e eficiente às demandas da nação com maior eficiência regional.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS VIÁVEIS FINANCEIRAMENTE



O modelo de Educação Superior Comunitária é sustentável financeiramente no Brasil há mais de meio século. Desde a sua criação, as IES Comunitárias têm no seu modelo de orçamento a sua constituição por mensalidades, prestação de serviços especializados, programas especiais de governo de bolsas para a graduação de alunos carentes e a captação de recursos com projetos de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento.

O fato de serem captadas mensalidades tem sido motivo de algumas dúvidas na sociedade brasileira. Porém, essas dúvidas têm sido dirimidas nas regiões e nos estados onde

as IES Comunitárias têm atuado, pois, embora capturem mensalidades, as IES Comunitárias não têm proprietários e, portanto, não distribuem lucros. Todo e qualquer recurso financeiro além da sua manutenção, prevista em orçamento, é obrigatoriamente reinvestido em melhorias das IES, por força de lei. Portanto, a sociedade beneficiada tem reconhecido as IES Comunitárias como um bem público e um patrimônio social e cultural das regiões onde foram criadas e atuam.

Embora as IES Comunitárias sejam de criação pública e sem fins lucrativos, seus colaboradores, professores e técnicos





administrativos são contratados em regime CLT. Os membros dos conselhos superiores das mantenedoras desempenham as suas atribuições com responsabilidade jurídica e de forma voluntária, sem remuneração para a função. Quanto ao quadro de gestores das mantidas – Universidades, Centros Universitários e Faculdades –, Reitor, Vice-reitor, Diretores e demais estruturas de gestores são remunerados para as funções de acordo com o plano de cargos e salários de cada IES, também elaborado, legislado e revisado pelos conselhos superiores das mantenedoras. São gestores que recebem seus proventos pela função enquanto a exercem, sem ter a incorporação em seus salários ou planos de aposentadorias.

Essas características proporcionam às IES Comunitárias condições de respostas rápidas às variações de cenários financeiros, também responsabilidades com a elaboração e execução das suas ações e dos seus orçamentos, adequados e coerentes com as necessidades e oportunidades para os seus desenvolvimentos e crescimentos.

O efeito dessas características das IES Comunitárias reflete na consolidação do modelo das instituições comunitárias, com indicadores de desempenho positivos e com alta eficiência nas suas ações, com baixa relação custo/aluno, baixa relação custo/manutenção e excelentes indicadores de qualidade. Os baixos indicadores associados aos seus custos estão relacionados aos mecanismos de gestão adotados pelas IES Comunitárias. Esse conjunto e essas relações caracterizam as IES Comunitárias como instituições de alta eficiência na gestão, de excelente qualidade e de baixo custo para a sua atuação.

Considerando a extensão territorial do Brasil, o modelo comunitário é pouco difundido. Embora atue com sucesso na região Sul brasileira, ainda há muito espaço para a expansão do modelo no país. O modelo vem sendo expandido em São Paulo e no Nordeste, mas o país ainda tem muito a se desenvolver considerando a grande oportunidade de crescimento para todo o território nacional, a exemplo do modelo de IES Comunitárias já implantado e estruturado nos EUA.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina não contava com nenhuma instituição de ensino superior até meados dos anos 1950. Naquela época, somente as famílias mais abastadas conseguiam enviar seus filhos para estudar

em outros estados da Federação. Então, a partir do Seminário Socioeconômico de 1959, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com a colaboração da Comissão Econômica para a



América Latina e Caribe (Cepal), foi criado, em 1961, o Plano de Metas do Governo Estadual (Plameg) (Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961). Os objetivos do Plano estavam descritos no seu Artigo 1º: “[...] execução, aperfeiçoamento e autorização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.”

Na primeira fase, o Plameg contemplava três grandes metas: o Homem, o Meio e a Expansão Econômica, sendo a primeira estritamente focada na melhoria das condições de vida da população catarinense. A partir desse movimento, o setor de Educação e Cultura foi considerado prioritário e recebeu 11,6% de todo o investimento do Plano, até 1966.

A formação de recursos humanos foi tão destacada no Plameg que uma das primeiras ações do governo foi a promulgação da Lei nº 2.975, em dezembro de 1961, para a criação do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), o qual visava ao desenvolvimento da educação fundamental, média e ensino superior no estado de Santa Catarina. Para isso, o Governador Celso Ramos nomeou em sua Ata da Instalação do CEE, em 28 de maio de 1962, um grupo seletivo de homens e mulheres para pensarem sobre a área, avaliarem as proposições e validarem as futuras iniciativas educacionais. Nessa primeira composição do conselho estavam reunidas algumas das mentes mais notáveis de Santa Catarina:

Lista de notáveis empossados pelo Governador Celso Ramos durante a instalação do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina - CEE-SC, em maio de 1962 [Decreto de 25, publicado no Diário Oficial do Estado, no. 7.057].

Alcides de Abreu

Heinz Ehler

Maria Teresa, Irmã

Padre Alvinio Bertoldo Braun

Henrique Stodieck

Olga Brasil da Luz

Elpídio Barbosa

Joaquim Madeira Neves

Orlando Ferreira de Melo

Francisco Brasinha

Lauro Locks

Oswaldo Ferreira de Melo

Glauco Olinger

Maria da Glória Mattos

Nessa primeira composição do CEE destaca-se a figura do pensador catarinense Alcides Abreu (*1926 – Bom Retiro, + 2015 – Florianópolis), cuja indicação para o conselho apontava no sentido de promover uma articulação entre o desenvolvimento econômico

e o avanço social. Alcides Abreu é autor de várias obras, como: Universidade e Desenvolvimento, Ensaios sobre a Economia Catarinense e O Caminho do Homem e Educação: Prioridade Nacional, e sua filosofia pode ser resumida em uma de suas célebres frases:



“O homem é o meio e fim da atividade econômica. Não há de se pensar em desenvolvimento econômico senão para que resulte em um progresso social.”

Alcides Abreu

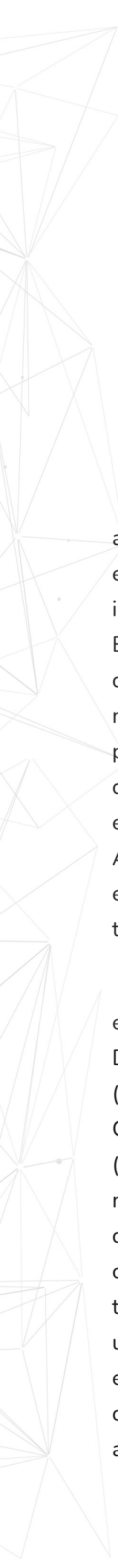

(*Universidade e Desenvolvimento. Florianópolis, Edição do Autor, 1965. p. 77.*)

A equipe inicial da CEE também contemplava o visionário e diligente Engenheiro Glauco Olinger (*1922 – Lages), e uma das suas missões previa percorrer todo o estado identificando as “necessidades sentidas” pelos catarinenses e compartilhá-las com o grupo de Alcides Abreu, para discutirem e definirem as melhores soluções técnicas e científicas disponíveis para as regiões. Vale destacar que, à época, 67% da população eram da área rural e 40% eram economicamente ativos, porém mais de 35% dos catarinenses eram extremamente jovens, com idades abaixo dos 15 anos. Diante desse panorama, Olinger percebeu que a sua experiência com a Extensão Rural, frente à Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) desde 1957, poderia contribuir, de alguma maneira, para a criação dos ideais comunitários no estado. Em sua recente obra – *Aspectos Históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina* (Epagri, 2020) –, Glauco descreve que a essência da extensão rural contemplava o ensino-educação, com o objetivo de contribuir para a elevação da qualidade de vida das famílias. Embora esse conceito estivesse intimamente alinhado com os objetivos das instituições de ensino comunitárias, ele destaca que,

circunstancialmente, talvez tenha sido a filosofia do cooperativismo, estimulado pela ACARESC, o que motivou o intenso movimento de criação das Fundações Educacionais nos municípios catarinenses.

Glauco Olinger acumulou a gestão na secretaria executiva na ACARESC (de 1957 a 1975) e presidiu, concomitantemente, a Comissão de Ensino Superior do CEE entre os anos de 1962 e 1970. Em um recente relato sobre as suas discussões à frente dessa Comissão, ele destacou que os conselheiros e intelectuais Orlando Ferreira de Melo e Osvaldo Ferreira de Melo foram os grandes defensores de uma ampla difusão da educação e do ensino catarinense. Com destaque para Orlando, que foi um dos principais interlocutores do educador Anísio Teixeira (*1900 – Bahia, +1971 – Rio de Janeiro) na defesa da implantação de escolas públicas em todos os níveis no país.

Complementarmente às ideias de democratização da educação e ensino defendidas por Orlando e Osvaldo Ferreira de Melo (* 1929 – Florianópolis, + 2011 – Florianópolis), eles argumentavam fortemente em favor da interiorização das instituições de ensino superior. Curiosamente, nos pensamentos de Osvaldo, as universidades eram muito importantes para o desenvolvimento social e econômico, por isso deveriam dispor de algum fundo público de bolsas, para permitir que jovens residentes no interior e aptos tivessem acesso à formação superior. Em sua obra *Teoria e Prática do Planejamento Educacional*, Osvaldo (1969, p. 80) descreveu um pouco sobre as suas expectativas com relação a isso:



“a universidade, em razão de formar-se em nível médio a mão de obra auxiliar, poderá ser resguardada para suas altas finalidades de pesquisa e de preparação de profissionais de alto nível, capazes não só de assumirem lideranças como também de serem elementos geradores de novos empregos.”

Oswaldo Ferreira de Melo

Diante desse ambiente e do conjunto de ações do Plameg, os municípios catarinenses entenderam o momento e tiveram a louvável iniciativa de criar as suas próprias Fundações Educacionais, de forma a atenderem às demandas reprimidas em suas regiões. Esse movimento espontâneo, motivado e monitorado pelos conselheiros do CEE, resultou na criação de 19 fundações municipais e uma universidade estadual durante as décadas de 1960 e 1970. Atualmente, a maioria dessas instituições ainda está em atividade e se mantém distribuída por todo o Estado de Santa Catarina.

Com o sucesso das fundações municipais, e após a consolidação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 1974 foi criada a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), idealizada para integrar as fundações mantenedoras municipais e estadual em busca de um sistema de ensino superior robusto, capilarizado e de qualidade. Dessa forma, todas as faculdades, centros universitários e universidades associadas à Acafe compartilham, em sua essência, o compromisso do desenvolvimento regional, a finalidade pública e a oferta de ensino superior de qualidade.

Atualmente, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, denominada Acafe, é constituída por 15 Instituições Comunitárias de Educação Superior, sendo 10 Universidades e 5 Centros Universitários. Foi criada em 2 de maio de 1974 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da Educação Superior do estado de Santa Catarina com o fortalecimento e o crescimento regional das suas IES. Nesse período, as IES Comunitárias de Santa Catarina se uniram para constituir uma associação com atribuições de planejar, articular, prospectar e coordenar ações integradas e transversais ao estado catarinense, com alcances também nacional e internacional.

A Acafe é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega as fundações educacionais criadas no estado de Santa Catarina por lei dos poderes públicos estadual e municipais. Dentre os seus objetivos está a promoção do intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as Instituições de Educação Superior, na busca de soluções para os desafios comuns nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, administração e inovação.

Por praticamente meio século a Acafe desempenha um papel importante de articulação das IES Comunitárias de Santa Catarina para a realização de atividades integradas. A sua existência e atuação é um diferencial do estado de Santa Catarina no contexto da Educação Superior do Brasil. Por ser constituída por IES Comunitárias atuantes em todas as regiões do estado catarinense, a Acafe desempenha uma função importante de articulação e de alinhamento das vocações



regionais de cada IES para o planejamento e execução das ações de Educação Superior dedicadas a todo o território estadual. Com essa prática, tem contribuído para as políticas públicas dos diversos governos estadual e municipais, bem como para o crescimento do setor privado em todas as regiões de Santa Catarina.

A Acafe contribui para a articulação e o alinhamento das vocações do estado

de Santa Catarina, por este ser um estado privilegiado por uma grande força vocacionada de colonização e de produção. A diversidade vocacional caracteriza o estado como um celeiro de oportunidades e de demandas diversificadas, o que torna a formação de recursos humanos e de apoio às políticas de governos e empresariais um desafio dinâmico para as instituições de educação superior no estado (Figura 9).

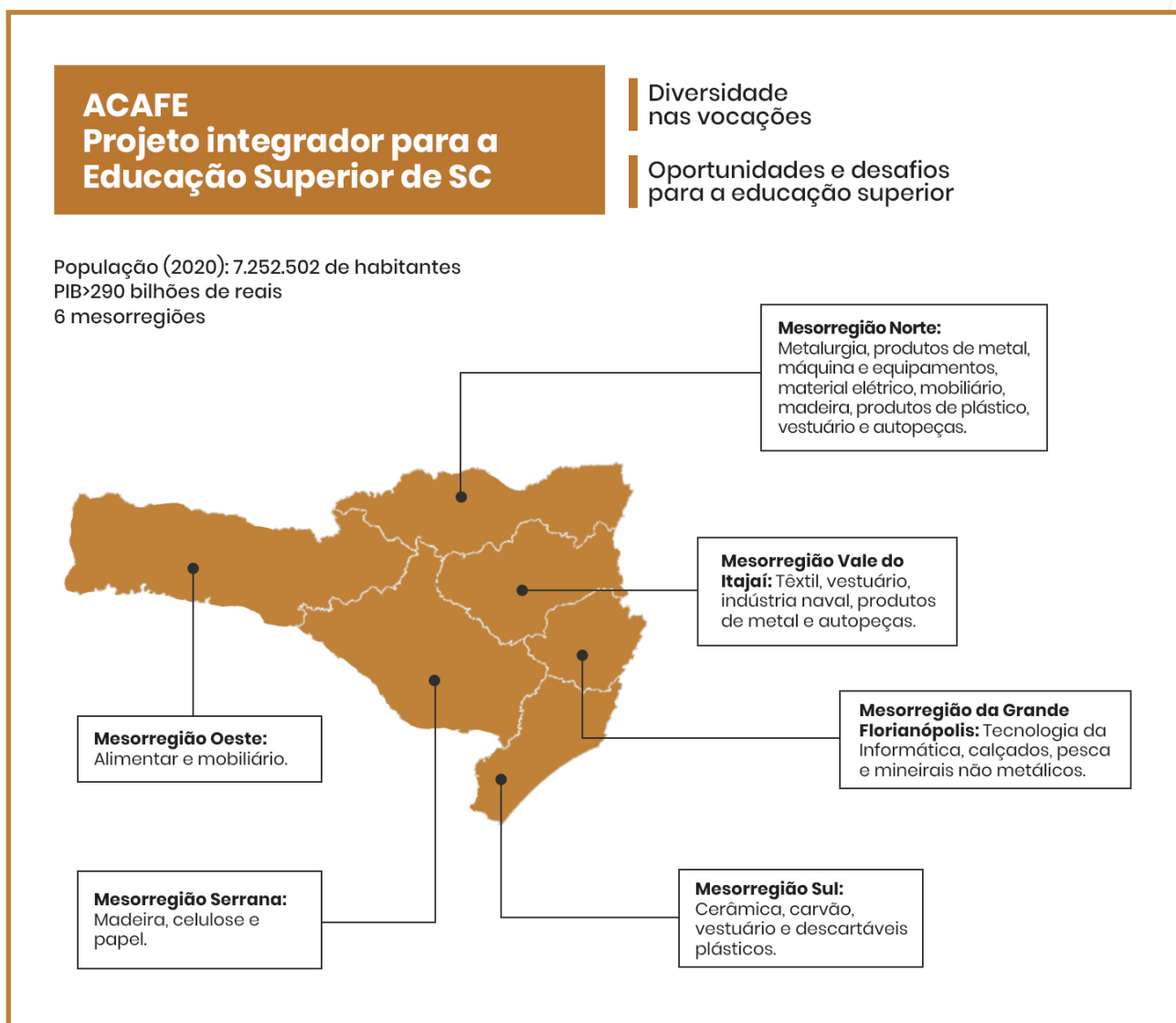


Figura 9: Contexto vocacionado e diversificado da atuação da Acafe com as suas IES Comunitárias nas mesorregiões do estado de Santa Catarina – principais atividades econômicas.

Fonte: adaptada do site da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2014).



O contexto das atividades industriais, comerciais e de serviços do estado de Santa Catarina é diversificado e vocacionado. Por isso, para se tornar uma grande força econômica e com ótimos índices de desenvolvimento humano, socioeconômicos e ambientais, a Educação Superior catarinense foi muito desafiada na sua história. A necessidade de formação de recursos humanos em nível superior para suprir o crescimento dessas atividades no estado impulsionou e despertou atitudes regionais importantes na década de 1950, o que resultou rapidamente, na década de 1970, na criação da Acafe. A atuação da Associação Catarinense das Fundações Educacionais nesse contexto econômico, social e empresarial diversificado foi decisivo para o crescimento regionalizado de Santa Catarina e para o seu fortalecimento como um estado forte, vocacionado e com altos índices de desenvolvimento no contexto nacional.

Esse papel da Acafe é muito mais evidente nos tempos atuais no estado de Santa Catarina, com as suas ações ampliadas para além da formação de recursos humanos, mas também para a pesquisa, a extensão, a prestação de serviços especializados e as ações de empreendedorismo e de inovação. A amplitude das ações e dos resultados da Acafe com as suas IES Comunitárias é muito grande e supera os retornos apenas estaduais; além disso, atualmente contribui para projetar e posicionar o estado de Santa Catarina nos contextos nacional e internacional.

As IES Comunitárias em Santa Catarina estão distribuídas por toda a extensão territorial do estado com 48 campi, o que permite que a Acafe desempenhe o seu papel na Educação

Superior em nível estadual em todos os 295 municípios catarinenses. Esse cenário é uma conquista de um planejamento estratégico de estruturação da Acafe em todo o estado desde a sua criação e caracteriza e valida a sua atuação em todas as mesorregiões de Santa Catarina (Figura 6). De forma muito justa, a Acafe é reconhecida atualmente pela comunidade catarinense e por suas instituições de Educação Superior como um capital social do estado de Santa Catarina e como um agente indispensável para a Educação Superior com as suas ações de excelência em ensino, pesquisa, extensão, prestação de serviços e inovação do estado.

Os números associados com as atividades da Acafe nas suas ações integradas de ensino, pesquisa, extensão, prestação de serviços especializados e inovação são surpreendentes para o estado de Santa Catarina.

As 15 IES Comunitárias da Acafe atendem 295 municípios de Santa Catarina e mais de 140.000 alunos. A quantidade de colaboradores envolvidos nas suas ações é de mais de 6.500 docentes e 4.900 técnicos administrativos.

No total, são mais de 780 cursos de graduação sendo ofertados em todo o estado catarinense, o que representa mais de 300.000 vagas para a graduação. Na pós-graduação, são mais de 550 cursos nas modalidades *stricto sensu* e *lato sensu*, o que representa mais de 20.000 vagas em cursos de especialização, mestrado e doutorado. Na pesquisa, extensão e incentivo à inovação a Acafe conta com mais de 4.000 projetos de pesquisa e de extensão e mais de 600 grupos de pesquisa registrados no diretório de pesquisa do CNPq. Com os seus



projetos de extensão, apenas no ano de 2020, foram realizados mais de 400.000 atendimentos nos seus hospitais universitários, clínicas integradas, farmácias escolas e centros de saúde. Com os projetos de assistência jurídica, mais de 115.000 pessoas foram atendidas, e mais de 1.400.000 de pessoas foram beneficiadas nos programas de educação comunitária ou de promoção sociocultural.

Quanto à infraestrutura de apoio, a Acafe tem mais de 1.000.000 m² de área construída, mais de 2.000 laboratórios e mais de 1,9 milhão de livros nos acervos das suas 52 bibliotecas.

A infraestrutura, os cursos de graduação e pós-graduação, além dos projetos de extensão e de pesquisa são planejados e executados em acordo com as vocações das regiões de atuação de cada IES Comunitária. As ações da Acafe são transversais ao estado de Santa Catarina, por isso contribuem para o desenvolvimento do estado, em todas as regiões, de forma integrada. Por mais de meio século essa dinâmica tem ocorrido, e a Educação Superior de Santa Catarina tem tido esse diferencial de possuir uma matriz diferenciada, fortalecida pela ação de IES de Educação Superior públicas, comunitárias e privadas (Figura 10).

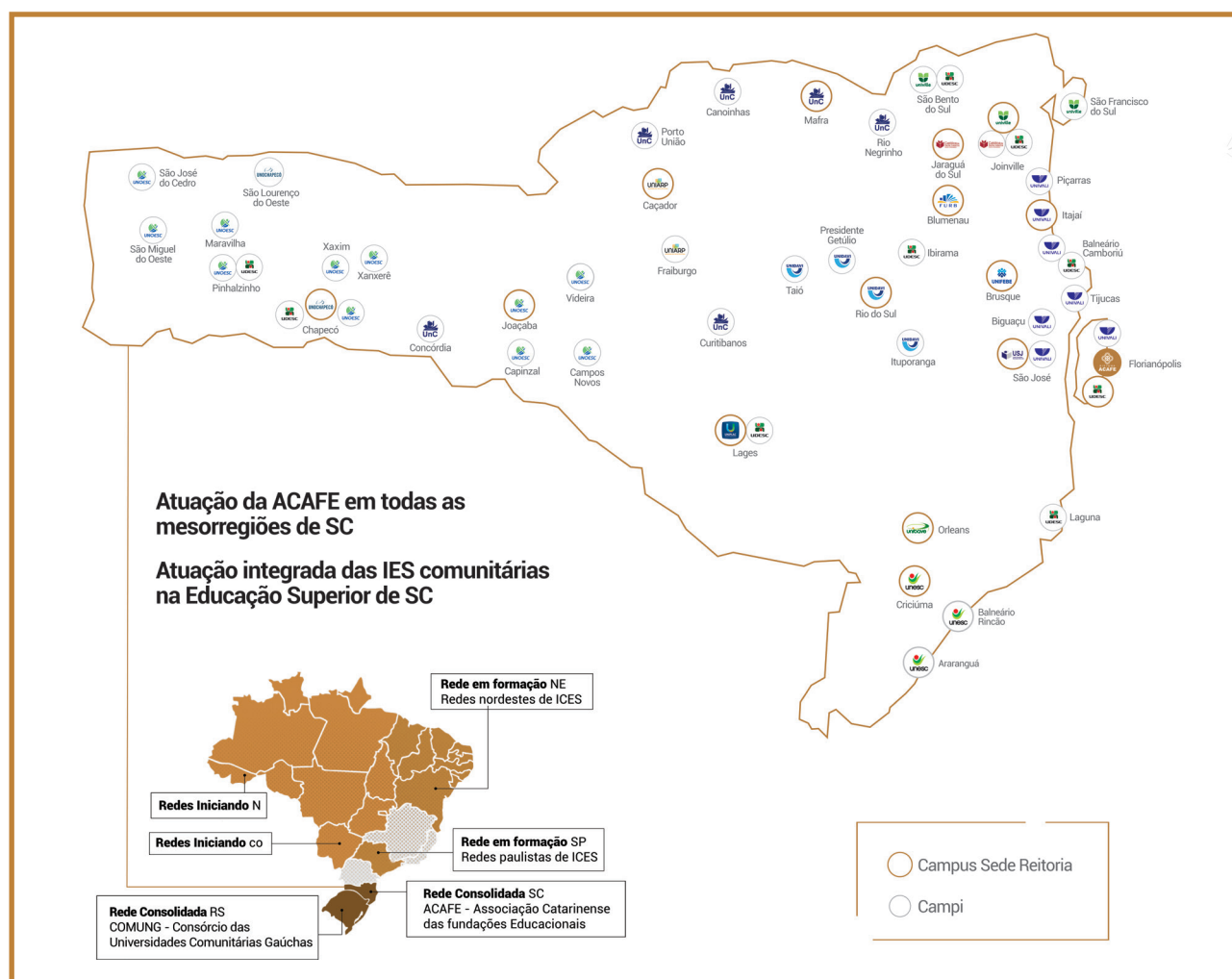


Figura 10: Atuação da Acafe com as suas 15 IES Comunitárias em Santa Catarina, com atividades integradas em ensino, pesquisa, extensão, prestação de serviços especializados e processos de inovação do estado catarinense



OS IMPACTOS DAS IES COMUNITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA

Ao longo de toda a abordagem histórica, fica evidenciado que a humanidade alcançou resultados sociais inimagináveis aos seus ancestrais recentes. Para observar e entender esses avanços, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), implementou o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** como um indicador para classificar os países conforme o seu grau de desenvolvimento humano. O índice foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1990), com o objetivo de encontrar uma métrica que contemplasse as políticas sociais, além dos índices econômicos e contábeis de um país.

Depois de criado, em 1991, o IDH passou a ser um dos principais parâmetros de avaliação e comparação entre os países. A partir da adoção do IDH como uma referência, os indivíduos tornaram-se a riqueza de uma nação, e o Desenvolvimento Humano tornou-se um ambiente no qual as pessoas podem desenvolver seu potencial. O IDH global é uma medida criada para enfatizar que as pessoas e o desenvolvimento de suas capacidades devem estar no centro das decisões ao avaliar o desenvolvimento de um país, em alternativa ao simples índice econômico do Produto Interno Bruto (PIB). Complementar ao IDH, o IDHM, composto pelas mesmas três dimensões – educação, renda e longevidade –,



é mais detalhado pela inclusão de indicadores nacionais. Porém, especificamente no que se refere à educação, o IDHM destaca o acesso ao conhecimento como um fator determinante para o bem-estar e o exercício das liberdades individuais. Segundo os criadores do índice, a educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas de forma que elas possam decidir sobre seu futuro. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano da PNUD, a educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.

Atualmente, os critérios que avaliam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país são educação, renda e saúde (longevidade). A partir desses critérios é possível classificar os países dentro de uma faixa de valores de 0 a 1, seguindo os seguintes critérios:

- **Desenvolvidos:** IDH alto, superior a 0,800;
- **Em desenvolvimento:** IDH mediano, entre 0,500 e 0,799;
- **Subdesenvolvidos:** IDH baixo, inferior a 0,499.

O Brasil ocupa o 79º lugar no IDH, com índice geral de 0,759, cuja taxa o coloca no grupo de países com “alto desenvolvimento humano”. Entre os estados brasileiros destaca-





se o Distrito Federal, com IDH 0,850, São Paulo, com 0,826, e Santa Catarina, com 0,808, segundo o Atlas de Desenvolvimento de 2017. Santa Catarina, destacadamente, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) acima do IDH global do próprio Brasil e ainda conta com 22 municípios entre os 100 melhores colocados do IDHM nacional.

Sob a perspectiva do Índice de Desenvolvimento Humano, fica evidenciado que o acesso ao conhecimento é um importante fator para o sucesso socioeconômico de uma nação. O estado de Santa Catarina é um bom exemplo disso, pois possui o 6º PIB brasileiro, 10 vezes menor que o do estado de São Paulo, mas, mesmo assim, alcança em seus municípios o

IDHM muito próximo do estado considerado a “locomotiva” econômica do país.

Para explicar e justificar como os catarinenses aproveitam melhor os seus recursos, é possível, seguramente, atribuir boa parte do seu sucesso ao seu sistema de ensino superior comunitário. É por meio da rede de IES Comunitárias (Acafe), distribuídas em todas as regiões, que o acesso ao conhecimento superior é capilarizado pelo estado e, naturalmente, torna-se vocacionado regionalmente. Assim, a exemplo dos Estados Unidos da América, Santa Catarina promove um desenvolvimento econômico e social homogêneo em todo seu território, pois um sistema de ensino superior bem distribuído, além de fixar as famílias à sua terra, otimiza os recursos locais e potencializa toda a lógica socioeconômica dos Arranjos Produtivo Locais (APL).

AS IES COMUNITÁRIAS SOB OS ASPECTOS DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

As instituições comunitárias de ensino superior são organizações que devem ser tratadas como públicas-comunitárias e têm finalidades, missões, compromissos e objetivos similares às instituições de ensino superior públicas-públicas, porém muito diferentes das instituições de ensino privadas.

As diferenças em relação às instituições de ensino superior privadas são importantes e interessantes. As instituições

comunitárias de ensino superior são criadas, estão comprometidas e são gestadas com processos orientados e fiscalizados pelo Ministério Público estadual e federal e com procedimentos que envolvem a participação efetiva e contínua da comunidade, com representantes da sociedade organizada.

O patrimônio de uma IES Comunitária é um capital público e não tem um proprietário, dessa forma, se dissolvido, o seu destino deverá



ser discutido e aprovado por um conselho superior de administração (constituído por representantes da comunidade regional) em conjunto com o poder judiciário. O seu destino é normalmente previsto em um estatuto de criação e para o poder público municipal de onde a instituição está registrada e em operação.

Numa instituição comunitária de ensino superior não ocorre a divisão de lucros entre sócios, pois não há proprietários. Os seus resultados financeiros são totalmente investidos em ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e serviços para a comunidade. Essas ações são planejadas e executadas anualmente com o objetivo de cumprir a sua missão com a comunidade e são previstas em orçamentos elaborados e aprovados pelos conselhos superiores de administração (composição pública) e validados pelo Ministério Público.

O crescimento, bem como a expansão, de uma Instituição Comunitária de Ensino Superior é planejado para atender às demandas e às prioridades apresentadas pela comunidade e para contribuir com as políticas públicas dos governos. As metas estabelecidas para o seu crescimento e expansão estipulam premissas de sustentabilidade, de manutenção de qualidade e de atendimento público à sociedade, sem qualquer interesse em lucros ou aumento de patrimônios dos seus gestores. As IES comunitárias não operam em mercados financeiros, a exemplos de bolsas de valores ou similares, e não participam

de investimentos que não agreguem à sua atividade-fim: atividades de pesquisa, ensino, extensão (transferência de conhecimento), inovação e serviços especializados para a comunidade.

Por serem sem fins lucrativos, por não terem proprietários e por estarem estritamente comprometidas com o desenvolvimento da comunidade, o crescimento e expansão das IES Comunitárias sempre é planejado em concordância com as características das demandas regionais e dos interesses públicos. A maior parte da Instituições Comunitárias de Ensino Superior não são diretamente financiadas pelo Estado, porém, para garantir a sua finalidade pública, adotam no seu modelo orçamentário a composição com recursos financeiros captados por projetos junto aos órgãos de fomento, prestação de serviços especializadas, bolsas de estudo destinadas pelos governos municipais, estaduais e federal e com mensalidades de seus alunos.

As Instituições Comunitárias de Ensino Superior praticamente se diferenciam das IES públicas-públicas apenas pelo modelo de composição orçamentária e pelas responsabilidades jurídicas. Entretanto, as missões, as ações, os modos de gestão, curadoria e as formas e finalidades de investimento são similares. Enquanto numa IES pública-pública os governos garantem os orçamentos de forma direta e assumem as responsabilidades jurídicas, em uma IES Comunitária o orçamento é garantido com





a captação dos recursos financeiros por mecanismos previstos no seu modelo próprio orçamentário, e as responsabilidades jurídicas são atribuídas aos Conselhos Superiores de Administração e fiscalizadas pelo Ministério Público.

A segurança jurídica, a sustentabilidade e a total dedicação das IES Comunitárias para a comunidade são garantidas pelos mecanismos de gestão, pelos planejamentos e pelas ações realizadas pelas IES.

A composição dos Conselhos Superiores de Administração das Instituições Comunitárias de Ensino Superior com representantes da sociedade organizada e os procedimentos de gestão planejados e acompanhados por este conselho, validados e fiscalizados pelo Ministério Público, garantem a segurança jurídica de todas as ações realizadas pelas IES Comunitárias e prática orçamentária em apenas nas suas atividades fins – pesquisa, ensino, extensão, inovação e serviços especializados para a comunidade.



A composição orçamentária anual das IES Comunitárias tem como único objetivo a sua sustentabilidade, e não a divisão de lucros. Os recursos financeiros previstos são dedicados exclusivamente para a manutenção da qualidade das IES Comunitárias – na infraestrutura, na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, nas políticas de recursos humanos e nas demais ações para a comunidade.

As missões e ações das Instituições Comunitárias de Ensino Superior sempre são dedicadas ao atendimento das demandas regionais da comunidade e, por isso, tornam as IES Comunitárias agentes eficientes nos processos de desenvolvimentos regionais junto às comunidades, além de instituições vocacionadas e eficazes para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, para a qualidade de vida da sociedade e para o desenvolvimento humano e ambiental das regiões onde atuam.

Nesse contexto comunitário e de ensino superior, as IES Comunitárias são agentes que contribuem com as suas ações continuadas com as políticas públicas em todas as regiões e áreas – saúde, educação, social aplicada e tecnológica. São agentes que atuam com sinergia com os governos municipais, estaduais e federal e com as instituições públicas-públicas de ensino (estaduais e federais) para a concepção, o planejamento, a execução e a consolidação de políticas públicas com a única finalidade de melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Pela sua atuação dedicada exclusivamente para o desenvolvimento da sociedade, por não terem fins lucrativos, por terem o seu patrimônio juridicamente público, por não terem proprietários para divisão de lucros, por não operarem em mercados financeiros de investimentos e por terem na sua composição a condição de sustentabilidade, as IES comunitárias devem





ser consideradas instituições públicas-comunitárias.

O modelo de ensino superior público-comunitário é complementar ao modelo de ensino público. Tem algumas características complementares, mas objetivos e finalidades comuns e sinérgicos aos modelos de ensino público municipal, estadual e federal.

Em comum aos modelos públicos, as IES Comunitárias são sempre criadas tendo como objetivo maior a sociedade, e não a atividade econômica. As atividades econômicas das IES Comunitárias têm como único objetivo a

sua manutenção, com sustentabilidade e com responsabilidade de manutenção das suas ações para a comunidade.

Uma característica importante e complementar ao modelo público é a criação e operação vocacionada de uma IES Comunitária. Esse diferencial potencializa o retorno direto e próximo para uma comunidade e projeta o modelo de ensino superior comunitário como uma forma viável de atender e estender o ensino superior público de forma vocacionada por todo o território nacional, com eficiência, sustentabilidade e compromisso público-social.

PERSPECTIVAS PARA AS IES COMUNITÁRIAS CATARINENSES NO SÉCULO XXI

As IES Comunitárias do estado de Santa Catarina, apesar de seus mais de 50 anos de existência, ainda têm muito a contribuir para o desenvolvimento do estado. Nessas primeiras cinco décadas, as universidades e os centros universitários se ajustaram e se adequaram às mudanças estruturais do ensino superior brasileiro, sempre mantendo suas finalidades e seus compromissos públicos.

Atualmente, das 15 instituições comunitárias catarinenses, boa parte delas já conta com colégios de aplicação, cursos de graduação em diferentes áreas, mestrados e doutorados, bem como uma vasta estrutura de

prestação de serviços técnicos e sociais, como clínicas médicas, clínicas odontológicas, clínicas de reabilitação motora, laboratórios tecnológicos, incubadoras empresariais e outros.

Para as próximas décadas, as IES Comunitárias poderão e deverão avançar de forma mais efetiva na consolidação de ações integradoras com a sociedade local, mas também com ações de maior alcance, como esporte e arte. Com ações conjuntas e apoiadas pelo poder público, poderão contribuir para a próxima geração de atletas e artistas nacionais. No campo da ciência e tecnologia, as áreas de engenharia deverão se alinhar para prover



desenvolvimento com relevâncias econômicas, e nas áreas da saúde, o foco será em pesquisas de grande impacto social.

Assim, sob vários aspectos, fica evidente que as instituições comunitárias devem ser avaliadas como uma complementaridade às instituições públicas federais, porém sendo mais ligadas às estratégias da União, enquanto as IES regionais devem ser mais alinhadas às estratégias dos estados e integradas às ações dos municípios. Isso deve permitir uma diversidade de ações, como atividades esportivas, artísticas, tecnológicas e científicas.

Está explicitado, sob diferentes aspectos, que as Instituições Comunitárias de Educação Superior são importantes para o desenvolvimento socioeconômico e político local, regional, estadual e até nacional. Sendo assim, considerando todos os seus impactos, elas devem manter uma finalidade pública a fim de buscar uma complementaridade àquelas instituições federais, caso contrário não faz sentido o desenvolvimento local ou regional desalinhado das estratégias estaduais e nacionais. Além disso, o modelo comunitário catarinense, a exemplo do modelo norte-americano, reflete, em boa medida, os fundamentos principais de uma sociedade saudável, pois é estruturado sobre os valores da família, da liberdade de escolhas e do espírito público.

A simples existência ou manutenção das Instituições de Ensino Superior Comunitárias não garante o sucesso de uma sociedade ou região. Porém, o correto entendimento dos seus princípios e a sua inserção nas diferentes

culturas (Figura 11) permitem ao indivíduo identificar, entender e enfrentar claramente os desafios que virão ao longo do século XXI. Atualmente já estamos vivenciando os efeitos sociais e os impactos econômicos da onda da intangibilidade do conhecimento. Porém, é necessário entender muito mais dessa nova fase, pois, no final deste século, poderemos presenciar a “Onda da Imaginação”. Nesta, a capacidade e as tecnologias para criar a realidade, a partir das ideias, serão muito mais abstratas e desafiadoras para o cérebro *sapiens* do que qualquer outra coisa que a humanidade já presenciou até o momento.

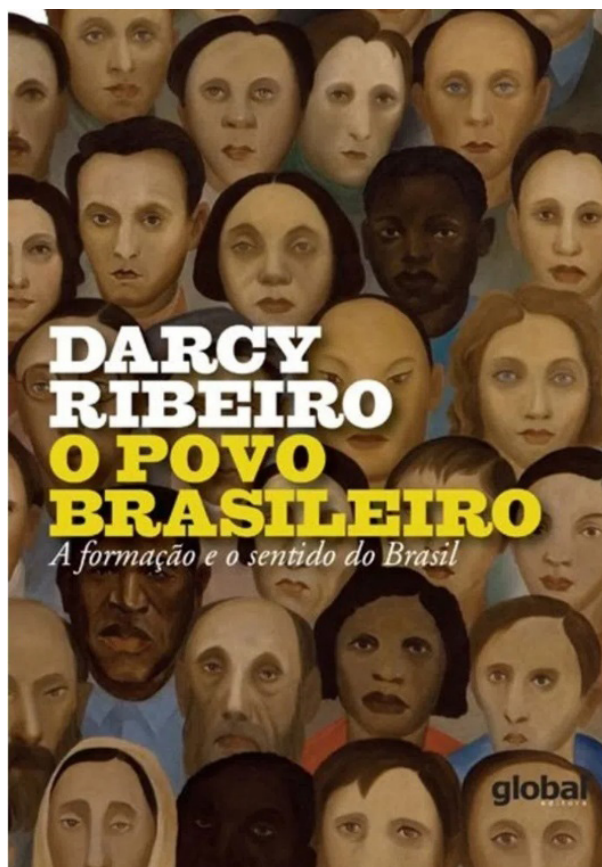


Figura 11: O Povo Brasileiro é uma obra do Antropólogo Darcy Ribeiro que mostra a trajetória da formação étnica do brasileiro. Segundo o autor, primeiro é necessário conhecer as nossas origens e reconhecer a nossa miscigenação, só assim poderemos criar uma democracia social e transformá-la em uma grande vantagem competitiva para a nossa nação.



EPÍLOGO

Um dos objetivos deste documento foi resgatar os ideais que motivaram o nascimento e o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina. Após quase 60 anos das primeiras iniciativas, os novos desafios do século XXI exigem uma reconciliação com esses fundamentos, de modo que eles possam orientar as próximas ações das IES e, em especial, as estratégias da própria Acafe para os próximos anos.

Ao verificar a profusão das instituições comunitárias no Estado, é essencial entender qual foi a origem desse movimento e por que ele foi tão exitoso para a contribuição dos melhores índices de qualidade de vida do país. Primeiramente, não se pode imaginar que uma rede com 15 instituições independentes tenha simplesmente surgido, aleatoriamente, em todas as regiões de Santa Catarina. Naturalmente, podemos imaginar algumas circunstâncias que contribuíram para isso acontecer, porém o fator humano foi, evidentemente, o mais decisivo. Até porque o ser humano é a própria razão de ser das instituições de ensino. Portanto, nesse contexto, é imprescindível destacar alguns pioneiros que abriram o “caminho” para o movimento comunitário estadual: Alcides Abreu, Glauco Olinger, Osvaldo Ferreira de Melo e Orlando Ferreira de Melo. Estes, em conjunto com outros notáveis do Conselho Estadual de Educação (CEE), construíram as estratégias e orientaram as primeiras ações efetivas para o desenvolvimento do sistema comunitário catarinense. Entre as contribuições mais relevantes desse grupo

estão os reconhecimentos das Fundações Educacionais e a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, hoje conhecida como Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Além das importantes contribuições dos pensadores citados, é importante refletir de que forma eles validaram as suas proposições junto às famílias nas diferentes regiões de Santa Catarina. Para entender isso melhor, é necessário analisar e refletir sobre o mapa geopolítico pós Segunda Guerra Mundial e a situação econômica estadual na época. Sob essas perspectivas, é possível deduzir que os programas de Extensão Rural, de excelente qualidade, promovidos pela ACARESC (1956 a 1975), associados às diretrizes do Conselho Estadual de Educação (1962), demonstraram aos catarinenses que a educação básica, o ensino superior de qualidade e o cooperativismo eram seus grandes aliados para superarem os desafios rurais e qualificarem as vidas das suas famílias. Indiscutivelmente, agregou-se a isso a “força” do capital humano local.

Atualmente, o sistema de ensino comunitário está consolidado em Santa Catarina e comunga muita similaridade com o modelo norte-americano dos *Community Colleges*. Além disso, os bons índices socioeconômicos, em âmbito estadual, corroboram essa semelhança com os EUA. Nesse sentido, é possível sugerir, e até mesmo propor, a adoção desse sistema para outros estados da Federação.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Alcides. **Ensaio sobre a economia catarinense**. Florianópolis: Ed. Edeme, 1970.
- ABREU, Alcides. **O Caminho do homem: proposta para uma proposta para Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- ABREU, Alcides; ABREU, Márcia Donner. **Educação: prioridade nacional**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- ARLIN, Volnei Ivo; PEREIRA, Moacir. **Alcides Abreu: o construtor do futuro**. Florianópolis: Ed. Insular, 2009.
- BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão no. 525. [S. l.]: IPEA, 1997.
- CHARLE, Chistofe. **História das universidades**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- DE ARAUJO, Marta M. **Anísio Teixeira na direção do Inep: programa para a reconstrução da nação brasileira (1952-1964)**. Brasília, DF: Ed. INEP, 2006.
- DEWEY, John. **Experiência e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. Coleção cultura, sociedade e educação 15.
- DEWEY, John; TEIXEIRA, Anísio; CARVALHO, Leonidas G. **Experiência e natureza; Lógica - a teoria da investigação; A arte como experiência; Vida e educação; Teoria da vida moral**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1980.
- DIAMOND, Jared M. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DORNBUSH, Rudiger. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande senzala**. São Paulo: Global Editora, 2005.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2001.



HARARI, Yuval N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 1. ed. São Paulo: Ed. L&PM, 2015.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. São Paulo: Ed. Objetiva, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

MANKIW, Gregory. **Princípios de macroeconomia**. 6. ed. Boston, Massachusetts: Cengage Learning, 2013.

MCCRAW, Thomas. **O profeta da inovação: Joseph Schumpeter e a destruição criativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Teoria e prática do planejamento educacional**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

MHLABA, Sondlo Leonard. *Community colleges e o sistema educacional norte-americano*. **B. Téc. Senac R. Educ. Prof.**, v. 33, n. 2, 2007.

NEVES, Walter. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996.

OLINGER, Glauco. **Aspectos históricos da extensão rural no Brasil e em Santa Catarina**. Doc no. 36. Florianópolis: Epagri, 2020.

PAIM, Janir Q. **Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento**. 2015. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Econômico) – Universidade do Extremo-sul Catarinense, Criciúma, 2015.

PEGORARO, Ludimar. **O terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, Elaine A. Teixeira; DAROS, Maria. D. **Princípios da escola nova na educação catarinense em meados do século XX: Olhares de João Roberto Moreira e Orlando Ferreira de Melo**. In: COLÓQUIO “ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA”, 8., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2013.





PLAMEG. **Plano de metas Governador Celso Ramos – 1º ano de Trabalho**. Florianópolis, 1963. Disponível em: hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1962.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

REZER, Ricardo. **Horizontes para pensar a universidade comunitária no contemporâneo**: 30 teses. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO, Mario da Graças. A educação superior norte-americana: gênese de um modelo. **História da Educação**, v. 20, n. 48, 2016.

ROHDEN, Huberto. **Educação do homem integral**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SCHMIDT, João P. **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Nacional, 1969.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

WILSON, Edward O. **A Conquista Social da Terra**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

